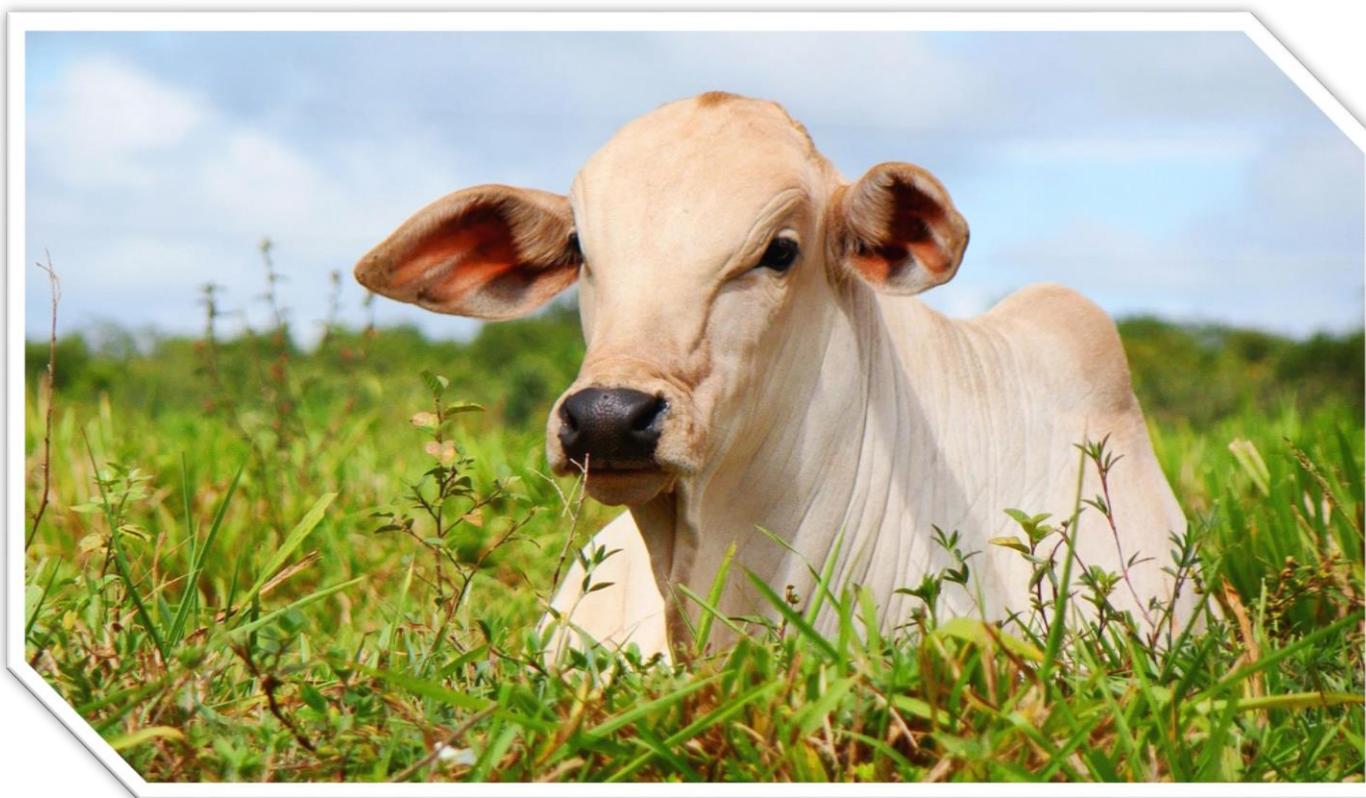


Relatório Anual

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
2018





Mesa da Câmara dos Deputados

55a Legislatura - 4a Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente

André Fufuca

1º Secretário

Giacobo

2º Secretário

Mariana Carvalho

3ª Secretária

JHC

4º Secretário

Rômulo Gouvêia

Suplentes de Secretário

1º Suplente

Dagoberto

2º Suplente

César Halum

3º Suplente

Pedro Uczai

4º Suplente

Carlos Manato

Diretor-Geral

Lucio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE	7
MESA DIRETORA.....	10
MEMBROS TITULARES.....	11
MEMBROS SUPLENTEs	14
NOTÍCIAS	15
PROPOSIÇÕES.....	53
MATÉRIAS APRECIADAS	57
MATÉRIAS APROVADAS.....	57
MATÉRIAS REJEITADAS.....	63
MATÉRIAS EM APRECIÇÃO	63
REQUERIMENTOS.....	79
APROVADOS E IMPLEMENTADOS	79
APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS	83
REUNIÕES.....	88
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	88
OUTROS EVENTOS.....	94
EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS.....	106
EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018 – PLN 2/2018.....	106
EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2019 – PLN 27/2018.....	109
55ª LEGISLATURA - 2015/2018.....	111
IMAGENS	112
TABELAS E GRÁFICOS	116
EXPEDIENTE.....	121

EQUIPE TÉCNICA

Diretoria Legislativa

Diretor

Afrísio Vieira de Lima Filho

Departamento de Comissões

Diretora

Aparecida de Moura Andrade

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Secretário Executivo

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

1º Substituto – Chefe do Serviço de Comissão

GUILHERME LUIZ GUIMARÃES MEDEIROS

2ª Substituta – Chefe da Sessão de Gestão de Proposição

DIÉZICA VARGAS

Serviço de Comissão

DINALDO ALVES NOGUEIRA

MÁRCIO MARQUES DE PAULA

Sessão de Gestão de Proposição

ROSÂNGELA RODRIGUES DE CARVALHO

TIAGO VICENTE BRASIL

Secretária do Presidente

DJENANE VALE DE PAULA

Pró-adolescentes

LARISSA HÉLLEN PEREIRA DE ARAÚJO

VICTÓRIA DAYANE BARBOSA FELIX

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6403 / 3216-6402

E-mail: capadr.decom@camara.leg.br

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>

PALAVRA DO PRESIDENTE



O relatório detalhado das atividades da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no ano de 2018, ora apresentado, é insuficiente para registrar o esforço e o trabalho de cada um dos parlamentares que conosco deram cabo desta tarefa. O próprio registro em áudio e vídeo de todas as reuniões da Comissão – disponível na nossa página na internet – também não contempla de maneira abrangente o tanto quanto os nobres colegas se esforçaram para promover o necessário debate e legislar sobre temas tão importantes ao conjunto da população brasileira.

Apesar de ter sido um período atípico, em decorrência da realização da Copa do Mundo de Futebol, greve de caminhoneiros e disputa eleitoral que exigiram durante esses períodos o adiamento de nossas Reuniões, a CAPADR aprovou matérias importantes, promoveu Encontros, Seminários, Audiências Públicas, e encerra o ano com saldo positivo pela excelência do trabalho realizado.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural teve momentos marcantes durante o primeiro período legislativo de 2018, pela qualidade dos debates centrados em matérias de interesse nacional, muitas vezes polêmicas, mas que exigiam efetivo posicionamento, condizente com os objetivos do agronegócio do nosso País.

Mesmo enfrentando desafios que se arrastam há bastante tempo no setor agropecuário nacional, procuramos desenvolver os nossos trabalhos em defesa das prioridades do agronegócio, discutindo criteriosamente vários temas, tais como: segurança no campo, emprego, endividamento rural, recursos para a defesa e pesquisa agropecuária, biossegurança, defensivos, infraestrutura e logística, questão tributária, fiscalização sanitária, proteção do agricultor brasileiro, etc.

A relevância do trabalho desenvolvido por uma comissão temática no âmbito da Câmara dos Deputados pode ser aferida sob diferentes prismas, entre eles a importância social das proposições que a traspassem e o interesse econômico sobreposto a elas. A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, órgão de singular relevância entre as comissões permanentes da Casa, insistiu em demonstrar seu prestígio sob tais insígnias também no decurso do período legislativo de 2018.

A Comissão promoveu 8 Audiências Públicas, todas, na sede da Câmara dos Deputados. Por meio dessas audiências públicas, ouvimos especialistas, organizações de produtores, de técnicos e de trabalhadores, órgãos públicos, governo, além de deputados de todos os partidos. Um debate amplo que ajuda esta Comissão a balizar a votação de projetos e a adotar outras iniciativas.

Além dessas realizações na sede da Câmara dos Deputados, a Comissão promoveu 9 outros eventos, nas capitais e cidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Fortaleza, São Paulo e Santa Catarina, aproximando-se sobremaneira da realidade nacional, ouvindo industriais, produtores, trabalhadores e demais segmentos sociais interessados na atividade agropecuária e seus resultados. Somado aos esforços legislativos já mencionados, essas atividades colocam a Comissão entre as mais operantes no Congresso Nacional.

Convidou Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para prestar informações sobre as prioridades da Pasta para o ano 2018 e, ainda tratar das exportações brasileiras.

As autoridades governamentais que aqui estiveram foram cobradas e lembradas das inúmeras dificuldades que ainda existem nas políticas públicas e no trato das questões do campo, que dificultam a sobrevivência de produtores rurais e suas famílias e ainda atrapalham a produção e a comercialização da safra agrícola.

Com grata satisfação, cumprimento a todos os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária,

Abastecimento e Desenvolvimento Rural, ao tempo que agradeço a disposição e o compromisso para com os trabalhos realizados por este Órgão. Agradeço, também, o comprometimento, a eficiência e a competência do quadro de consultores e do corpo de servidores da Secretaria da Comissão, que enaltecem e qualificaram os resultados demonstrados ao longo deste ano.

Chegamos ao fim de 2018 com a certeza de que a Comissão cumpriu seu papel de agente legiferante, fiscalizador e promotor da interação entre a sociedade e o Parlamento.

O relatório que apresentamos é apenas um pequeno resumo desse importante trabalho.



Deputado Federal Roberto Balestra
Presidente da CAPADR

MESA DIRETORA



Roberto Balestro (PP/GO)
Presidente



Evair Vieira de Melo (PP/ES)
1º Vice-presidente



Jony Marcos (PRB/SE)
2º Vice-presidente



Afonso Hamm (PP/RS)
3º Vice-presidente

Membros Titulares





				
Nilton Capixaba PTB/RO	Onyx Lorenzoni DEM/RS	Pedro Chaves PMDB/GO	Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE	Reinhold Stephanes PSD/PR

				
Rogério Peninha Mendonça PMDB/SC	Sergio Souza PMDB/PR	Tereza Cristina DEM/MS	Valdir Colatto PMDB/SC	Valmir Assunção PT/BA

	
Zé Carlos PT/MA	Zé Silva SD/MG

Membros Suplentes

Afonso Motta - PDT/RS, Alceu Moreira - MDB/RS, Arnaldo Jardim - PPS/SP, Arthur Oliveira Maia - DEM/BA, Beto Rosado - PP/RN, Bohn Gass - PT/RS, Cacá Leão - PP/BA, Carlos Bezerra - PMDB/MT, Carlos Melles - DEM/MG, César Halum - PRB/TO, Cristiane de Souza Yared - PR/PR, Cícero Almeida - PHS/AL, Conceição Sampaio - PSDB/AM, Diego Andrade - PSD/MG, Diego Garcia - PODE/PR, Domingos Sávio - PSDB/MG, Euricelia Cardoso - PP/AP, Evandro Gussi - PV/SP, Evandro Roman - PSD/PR, Expedito Netto - PSD/RO, Fausto Pinato - PP/SP, João Daniel - PT/SE, Jorge Boeira - PP/SC, Júlio Cesar - PSD/PI, Luciano Ducci - PSB/PR, Lucio Vieira Lima - PMDB/BA, Magda Mofatto - PR/GO, Marcondes Gadelha - PSC/PB, Mário Heringer - PDT/MG, Mauro Lopes - MDB/MG, Miguel Lombardi - PR/SP, Nelson Marquezelli - PTB/SP, Newton Cardoso Jr - PMDB/MG, Nilson Leitão - PSDB/MT, Nilson Pinto - PSDB/PA, Padre João - PT/MG, Paes Landim - PTB/PI, Professor Victório Galli - PSL/MT, Raquel Muniz - PSD/MG, Remídio Monai - PR/RR, Renzo Braz PP/MG, Ronaldo Benedet - MDB/SC, Uldurico Junior - PPL/BA, Vander Loubet - PT/MS, Walter Alves - MDB/RN

Notícias

Câmara aprova homenagem ao deputado Moacir Micheletto, morto em 2012

14/03/2018 - O Plenário aprovou nesta terça-feira (13) o Projeto de Resolução 105/12, do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que denomina Deputado Moacir Micheletto a sala da Presidência da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. O projeto foi aprovado em votação simbólica.

Integrante da bancada ruralista, Moacir Micheletto morreu em janeiro de 2012, quando estava no sexto mandato parlamentar na Câmara dos Deputados. Ele foi engenheiro agrônomo e administrador rural extensionista agrícola.

"A proposição mostra nosso reconhecimento, na forma de homenagem definitiva, a quem, de forma honrada e sempre pautado na ética, marcou sua passagem por esta Casa", disse Heinze, no texto de apresentação do projeto.

Elton Bomfim



Moacir Micheletto integrou a Frente Parlamentar da Agropecuária

Da Agência Câmara Notícias

Dilceu Sperafico irá presidir Comissão de Agricultura em 2018

03/04/2018 - O Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR) foi eleito nesta terça-feira (3) para presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados em 2018. Sperafico está no sexto mandato como deputado federal e foi presidente da comissão em 1999. Formado em Direito e Filosofia, atualmente é agropecuarista e industrial. A eleição dos vice-presidentes da comissão ainda não tem data para ocorrer.

Vinicius Loures



Dilceu Sperafico: presidente eleito da Comissão de Agricultura

Sperafico está no sexto mandato como deputado federal e foi presidente da comissão em 1999. Formado em Direito e Filosofia, atualmente é agropecuarista e industrial.

A eleição dos vice-presidentes da comissão ainda não tem data para ocorrer.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura aprova fim da presença obrigatória de iodo em sal usado na alimentação animal

12/04/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (11), o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 780/17, que acaba com a obrigação da presença de iodo no sal usado na alimentação animal.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Na opinião do deputado Walter Alves (PMDB-RN), relator da proposta, o acréscimo do iodo ao alimento dos animais gera custos desnecessários

O PDC susta o artigo 6º do decreto presidencial 80.583/77. O decreto regulamenta a Lei 6.198/74, que trata da fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal.

O projeto, apresentado pelo deputado Beto Rosado (PP-RN), recebeu parecer favorável do relator, deputado Walter Alves (PMDB-RN).

Na opinião de Alves, a iodação do sal gera “custos desnecessários aos setores salineiro e agropecuário. Deveria caber aos pecuaristas optarem por adquirir sal iodado ou não, conforme as necessidades de nutrição ou de saúde animal de seus respectivos rebanhos”.

Atualmente, o sal empregado no consumo humano no Brasil também deve ser iodado, conforme determina a Lei 6.150/74.

Da Agência Câmara Notícias

Projeto que reverte regulamentação de terras da Amazônia Legal é rejeitado

12/04/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural rejeitou, na quarta-feira (11), o Projeto de Lei 8411/17, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), que pretende reverter mudanças feitas em 2017 nas regras para regulamentação de terras da Amazônia Legal (Lei 11.952/09). As alterações fizeram parte de uma medida provisória editada em dezembro de 2016 pelo governo Michel Temer (MP 759/16), transformada na Lei 13.465/17.

Brizza Cavalcante



Josué Bengtson, relator do projeto de lei na Comissão de Agricultura

Entre outros pontos, a lei ampliou para até 2.500 hectares o tamanho das terras passíveis de regularização, mas a proposta quer retomar o patamar anterior de até 1.500 hectares. O texto também determina a retomada da necessidade de averbação da

reserva legal e identificação das Áreas de Preservação Permanente (APP) – áreas que não podem ser desmatadas – como condição para a regularização fundiária; e a necessidade de vistoria para o andamento do processo.

Bezerra avalia que houve flexibilização da legislação ambiental e, por isso, defende a retomada de pontos antigos da lei. O relator na comissão, deputado Josué Bengtson (PTB-PA), no entanto, recomendou a rejeição do projeto por entender que não houve tal flexibilização, mas sim uma adequação ao Novo Código Florestal (Lei 12.651/12).

“A lei de 2017 veio para desburocratizar e agilizar os procedimentos necessários à regularização fundiária rural e urbana em terras da União na Amazônia Legal, ação que já vem se arrastando há mais de oito anos. Seu texto é fruto de uma ampla discussão”, afirmou Bengtson.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão aprova desconto na compra de energia por cooperativas rurais

19/04/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que concede descontos de 60% na compra de energia elétrica e no uso de linhas de transmissão por cooperativas de eletrificação rural que operem por meio de autorização.

Pelo texto aprovado, os descontos serão concedidos até 31 de dezembro de 2030. Depois disso, serão reduzidos em 25% ao ano, até sua extinção.

Relator no colegiado, o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC) recomendou a aprovação do projeto de lei principal (PL 4732/16), do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), e do apensado (PL 7493/17), na forma de um substitutivo.

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Peninha Mendonça: cooperativas de eletrificação rural surgiram para atender comunidades rurais não atendidas de maneira satisfatória

O relator observou que as cooperativas de eletrificação rural surgiram para satisfazer as necessidades de comunidades rurais que não eram atendidas de maneira satisfatória por redes de energia elétrica. “Os descontos se justificam pelas características do serviço prestado por essas cooperativas: baixa densidade populacional; grandes distâncias; e baixa rentabilidade”, disse.

Concessionárias e Permissionárias

A opção por um substitutivo, segundo o relator, se justifica para diferenciar as cooperativas que exploram serviços de energia elétrica por meio de concessão ou permissão. “Como a Lei 13.360/16 estabeleceu um novo modelo de subsídio para as cooperativas concessionárias ou permissionárias, entendo que as alterações pretendidas pelo projeto ficam prejudicadas”, disse.

Pelo texto aprovado, cooperativas de eletrificação rural que operem por meio de concessão ou permissão continuarão usufruindo dos descontos atualmente previstos em lei até a entrada em vigor do novo modelo custeado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O novo modelo, previsto na Lei 13.360/16, determina que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definir o valor da subvenção pago a concessionárias e permissionárias levando em consideração as necessidades específicas de cada cooperativa. Esse modelo substitui o modelo que prevê descontos a cooperativas de eletrificação rural na compra de energia e no uso de rede de transmissão.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova regras para produção de queijo artesanal

20/04/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Regional aprovou o Projeto de Lei 2404/15, dos deputados Zé Silva (SD-MG) e Alceu Moreira (PMDB-RS), que regulamenta a elaboração e a comercialização de queijos artesanais. O objetivo da proposta é facilitar venda desses produtos no Brasil.

O projeto autoriza a comercialização de queijo artesanal em todo o território nacional mediante critérios higiênico-sanitários, como a exigência de certificação de propriedade livre de tuberculose e o controle da potabilidade da água usada nos processos de elaboração do queijo e nas atividades de ordenha.

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



Colatto: "Milhares de famílias que produzem queijos artesanais, com receitas muitas vezes centenárias, como Serrano e da Canastra, serão beneficiadas"

O relator da matéria na comissão, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), mudou o texto para esclarecer que os queijos podem ser considerados como artesanais com base em critérios regionais e culturais, e não apenas territoriais.

Outra alteração feita pelo relator tem o objetivo de reconhecer também como queijos artesanais aqueles produzidos em assentamentos familiares e em grupos de produtores de até quinze participantes e aqueles produzidos com leite de ovinos e caprinos. Além disso, o parecer de Colatto prevê que os órgãos de defesa sanitária ficarão encarregados de orientar os queijeiros artesanais sobre a implantação de programas de boas práticas agropecuárias de produção leiteira e de fabricação de queijos artesanais.

Obstáculos

De acordo com Valdir Colatto, a proposta é "de extrema importância para os produtores de queijos artesanais, que há anos enfrentam enormes dificuldades para conseguirem autorização para comercializarem seus produtos" no País.

Como exemplo dos problemas enfrentados, ele citou um episódio de setembro de 2017, quando a Vigilância Sanitária descartou cerca de 600 quilos de alimentos que seriam vendidos no festival Rock in Rio, inclusive queijos artesanais. Apesar de os alimentos estarem próprios para consumo e dentro dos prazos de validade, foram jogados no lixo por não possuírem o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF).

“Todos somos favoráveis a que o Poder Público garanta a segurança dos alimentos comercializados no País; entretanto, as exigências para que um estabelecimento seja inspecionado pelo SIF e o produto possa ser vendido no Brasil, ou até mesmo exportado, estão fora do alcance do pequeno produtor”, argumentou Colatto.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Agricultura promove encontro no Rio Grande do Sul para debater crise na produção leiteira

23/04/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realiza nesta segunda-feira (23) encontro com prefeituras e representantes do governo do Rio Grande do Sul para debater os problemas enfrentados pelos produtores de leite no estado. O evento acontece a partir das 14 horas, na Câmara de Vereadores da cidade de Lajeado.

O encontro foi pedido pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), em razão da queda no preço do leite de 2015 para cá, o que, segundo ele, tem afetado a atividade dos produtores gaúchos, especialmente os pequenos. “A baixa rentabilidade fez com que cerca de 20 mil produtores abandonassem a produção de leite no Rio Grande do Sul. Pouco a pouco, o perfil do produtor acaba

mudando. Propriedades familiares, muitas sem renovação, já que os jovens não querem ficar no campo, acabam abandonando a produção de leite. Um dos principais fatores para esse declínio é a importação maciça de leite do Uruguai”, disse.

Pequenos produtores

Segundo Bohn Gass, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado (Sindilat) aponta que a entrada sem limite de cotas do Uruguai estaria servindo de escoamento do leite do Paraguai e da Argentina, pois as quantidades que chegam ao Rio Grande do Sul não fecham com o total produzido pelo país vizinho. “Essa crise do leite prejudica muito o Rio Grande do Sul, com baixas de pequenos produtores, os quais estariam até mesmo vendendo para abate as vacas ou as repassando para produtores maiores, que têm condições de enfrentar o problema”, disse.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura realiza nesta sexta reunião no RS sobre a cadeia produtiva do leite

24/04/2018 - Deputados da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural participam na sexta-feira (27) da 7ª FestLeite, no município de Anta Gorda (RS).

Durante o evento, os parlamentares devem debater a situação atual da cadeia produtiva do leite com o secretário da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina, Airton Spies. Segundo o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que propôs a visita, Spies é considerado uma autoridade no tema.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova política voltada a comunidades do entorno de parques nacionais

02/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que cria política especial para ajudar a população que vive no entorno de unidades de conservação de proteção integral – caso dos parques nacionais.

Agência Câmara Notícias



O relator, deputado Remídio Monai (PR-RR), retirou do texto as emendas apresentadas na Comissão de Meio Ambiente

A medida está prevista no Projeto de Lei 3415/15, do deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

O texto prevê ações de crédito; infraestrutura e serviços; assistência técnica e extensão rural; pesquisa; cooperativismo e associativismo; educação; capacitação e profissionalização; e serviços rurais associados ao turismo e à agroindustrialização.

A proposta beneficia agricultores familiares, extrativistas, pescadores, silvicultores, povos indígenas e integrantes de

comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

O relator na comissão, deputado Remídio Monai (PR-RR), retirou do texto as emendas apresentadas na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. “As emendas restringem sobremaneira os beneficiários e as atividades da política, reduzindo ou mesmo eliminando a sua efetividade”, disse Monai.

Uma delas limitava o apoio da política nacional a ações de agroindustrialização que apresentem baixo impacto socioambiental. Outras beneficiavam apenas o agricultor familiar que utilize práticas tradicionais de produção; o silvicultor que cultive floresta nativa; e o aquicultor que cultive espécie nativa.

Licenciamento ambiental

A comissão aprovou emenda de Monai para a coordenação da política nacional simplificar normas para o licenciamento ambiental dos empreendimentos no entorno das unidades de conservação. O texto garante os suportes técnico e financeiro para estudos prévios.

Da Agência Câmara Notícias

Projeto cria tributo para financiar agricultura orgânica em pequena propriedade

03/05/2018 - O Projeto de Lei 9033/17, em tramitação na Câmara dos Deputados, cria um novo tributo para financiar a agricultura orgânica no País desenvolvida por pequenos produtores rurais. Proposta pelo deputado Roberto Sales (DEM-

RJ), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) Produtos Orgânicos incidirá sobre o faturamento dos fabricantes e importadores de agrotóxicos e aditivos alimentares.

Vinícius Loures/Câmara dos Deputados



Sales: objetivo é desestimular a importação e a fabricação de produtos nocivos à saúde utilizados na agricultura e na alimentação humana

A alíquota da Cide-Produtos Orgânicos será de 0,5% sobre o valor aduaneiro da importação ou da receita bruta nas operações de comercialização dos fabricantes no mercado interno. A alíquota poderá ser alterada por decreto presidencial.

Segundo o projeto, o produto da arrecadação será destinado à formação do Fundo Especial para a Agricultura Orgânica. Vinculado ao Ministério da Agricultura e operacionalizado pelo Banco do Brasil, o fundo vai financiar a agricultura orgânica, desenvolvida por pequenos produtores rurais.

Da Agência Câmara Notícias

Deputado Roberto Balestra é o novo presidente da Comissão de Agricultura

11/05/2018 - A Comissão de Agricultura elegeu na quarta-feira (9), com 30 votos favoráveis e 2 em branco, o deputado Roberto Balestra (PP-GO) para presidência do colegiado. O deputado licenciado Dilceu Sperafico (PP-PR), eleito no mês passado, renunciou ao cargo porque assumiu secretaria de governo em seu estado.

Balestra está no oitavo mandato na Câmara e já foi presidente da Comissão de Agricultura no ano de 1998.

Após a eleição, Balestra destacou entre os assuntos a serem enfrentados pela comissão, o embargo à importação do frango brasileiro pela União Europeia (UE), anunciado mês passado. “É o assunto do momento. Está na pauta e tem que ser discutido urgentemente na comissão. Sabemos que o Ministério da Agricultura busca soluções e vamos ver como o Congresso pode colaborar”, anunciou.

Antonio Araújo/Câmara dos Deputados



Roberto Balestra, presidente da Comissão de Agricultura

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Cadeia produtiva do alho e da cebola é tema de debate

15/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural discute nesta quinta-feira (17) os impactos na produção nacional da importação de cebola e alho.

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), que propôs o debate, lembra que, até a metade da década de 50, o cultivo de alho no Brasil era uma atividade "de fundo de quintal". "Os tempos mudaram e hoje, em algumas regiões, como Minas Gerais e Goiás, o alho é uma cultura extensiva, ombreado com soja e milho, por exemplo, em áreas de até 300 hectares."

Agraer/MS



Produtores reclamam das taxas cobradas sobre o alho e a cebola importados

Colatto ressalta, no entanto, que os produtores de alho vêm enfrentando uma grave crise provocada pela importação do produto vindo da China.

"Os produtores nacionais alegam problemas na concessão de liminares judiciais para o não recolhimento da tarifa antidumping e possíveis irregularidades no desembaraço do alho nos portos brasileiros, como a falta de informações suficientes nas caixas dos produtos, o que torna a concorrência desleal."

Segundo o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que também pediu a realização do debate, o Brasil possui um total de 12 mil hectares de área plantada de alho e gera 150 mil empregos diretos e indiretos. Já a produção de cebolas ocupa 58 mil hectares, gerando 350 mil empregos diretos e indiretos ao longo da cadeia produtiva.

O parlamentar reclama que essas duas culturas têm lidado com a concorrência desleal de produtos importados da China e da Europa. Segundo Melo, isso ocorre porque a fiscalização do cumprimento da tarifa antidumping do alho é ineficiente e as tarifas para a importação de cebola são muito baixas.

Debatedores

Foram convidados para discutir o assunto, a advogada-geral da União, Grace Mendonça; o presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho e da Associação Nacional de Produtores de Cebola, Rafael Corcino; e representantes dos ministérios da Agricultura; e da Indústria e Comércio Exterior.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão aprova isenção de IPI para utilitário adquirido por produtor rural

18/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (16) o Projeto de Lei 8353/17, do deputado Heuler Cruvinel (PP-GO), que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os veículos utilitários nacionais, com peso bruto de até 3,5 toneladas, adquiridos por produtor rural.

O texto recebeu parecer favorável do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que apresentou um substitutivo. Goergen destacou a importância da proposta. “Os utilitários são equipamentos indispensáveis para a produção agropecuária, cuja disponibilidade e boas condições de uso melhoram a produtividade e a segurança dos usuários”, disse.

O projeto original concede a isenção do IPI para veículos adquiridos por produtores rurais, inclusive utilitários. O substitutivo limita a isenção para caminhonetes e estabelece que o benefício só poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de dois anos.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Jerônimo Goergen: utilitários são equipamentos indispensáveis para a produção agropecuária

Para ter acesso ao benefício, o substitutivo considera produtor rural a pessoa física que realize agricultura, pecuária, aquicultura, pesca, extrativismo vegetal ou silvicultura há mais de cinco anos, em pelo menos um módulo fiscal de área (que varia por município) e com pelo menos um empregado registrado. Também será considerado produtor a pessoa física enquadrada como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural.

Apensado ao projeto do deputado Heuler Cruvinel tramita o PL 8604/17, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO), que também trata da isenção para veículos de uso rural. Ambos alteram a Lei 8.989/95, a mesma que concede a isenção de IPI para taxistas e pessoas com deficiência.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova incentivo para venda de animal vivo para produtor rural

18/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou na quarta-feira (16) o Projeto de Lei 5651/16, da deputada Tereza Cristina (DEM-MS), que suspende a cobrança da Cofins e do PIS/Pasep nas vendas de aves e suínos vivos realizadas por empresas e cooperativas agropecuárias para produtores rurais (pessoas jurídicas ou físicas).

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Goergen: A suinocultura e a avicultura são atividades de grande importância social e econômica no Brasil

O projeto recebeu parecer favorável do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS). A proposta altera a Lei 12.350/10. A norma já prevê isenção dos dois tributos nas vendas de animais vivos feitas por cooperativas e empresas agropecuárias, mas apenas para empresas que processam carne animal.

Goergen apontou a “importância e oportunidade” da proposta. Ele lembrou que o Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína e o terceiro maior de carne de frango.

Da Agência Câmara Notícias

Produtores de alho denunciam prejuízos causados por importações da China

18/05/2018 - Produtores brasileiros denunciaram nesta quinta-feira (17) os prejuízos causados por liminares da Justiça Federal que isentam de taxas o alho importado da China. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Audiência da Comissão de Agricultura foi acompanhada por agricultores que protestaram contra a isenção de taxas do alho importado da China

Produtores brasileiros denunciaram na quinta-feira (17) os prejuízos causados por liminares da Justiça Federal que isentam de taxas o alho importado da China. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Desde 1996 o alho importado da China, maior produtor mundial com 80% do total, é taxado no Brasil após a identificação da prática de venda por preço abaixo do custo para afastar concorrentes. Em 2013, o valor dessa taxa antidumping foi atualizado para 0,78 dólar por quilo, com vigência por cinco anos. Porém, empresas importadoras obtiveram em Brasília e no Rio de Janeiro liminares que impedem essa cobrança.

Para os produtores brasileiros, em sua maioria agricultores familiares, o custo de produção de uma caixa com dez quilos de alho está em R\$ 66. Sem pagar a taxa antidumping, a mesma quantidade de produto importado da China chega a ser vendida por R\$ 50.

Perda tributária

Marcus Vinicius Vidal Pontes, subsecretário de Administração Aduaneira da Secretaria da Receita Federal do Brasil, disse na audiência pública que, em 2017, a cobrança da taxa antidumping foi lançada sobre 73 mil toneladas de alho importado – além da China, o produto vem da Argentina e da Espanha –, em montante de R\$ 153 milhões.

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) estimou que, como foram importadas 170 mil toneladas no ano passado, o Brasil deixou de arrecadar com a taxa antidumping pouco mais de R\$ 200 milhões. Além dessa perda tributária, disse Colatto, a

concorrência do alho chinês expõe 4.000 famílias no País – há ainda 100 produtores de médio e grande porte.

Medidas em curso

Representantes do governo afirmaram que já estão em curso medidas para atacar o problema. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços publicou resoluções entre 2016 e 2017 determinando que todo o alho importado deve ser taxado. Segundo a Advocacia-Geral da União, isso permitirá atuar na Justiça Federal e futuramente cassar as liminares ainda vigentes.

“O problema está colocado. Tudo o que foi dito está disponível na internet para todos, é preciso divulgar e cobrar os resultados das autoridades”, concluiu Colatto, um dos que sugeriram o debate. A audiência pública também foi proposta pelos deputados Evair Vieira de Melo (PP-ES) e Heitor Schuch (PSB-RS).

HORTALIÇAS NO BRASIL

Área, produtividade e produção em 2016



Cultura	Área (ha)	Produtividade (t/ha)	Produção (ton)
Batata	134.243	34,6	3.934.288
Tomate indústria	46.448	81,8	3.803.167
Alface	91.172	18,6	1.701.872
Cebola	42.458	35,4	1.578.554
Tomate mesa	18.814	81,9	1.538.070
Coentro	73.938	15,0	1.109.063
Cenoura	22.254	48,3	752.196
Abóbora Cabotiá	42.538	16,0	680.613
Pimentão	11.188	49,6	554.904
Abobrinha	20.904	18,0	376.268
Couve-Flor	11.079	29,7	329.047
Beterraba	10.938	20,0	218.765
Alho	11.334	11,3	133.217
Total	537.308		16.710.024

Fonte: CNA e ABCSEM

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Subcomissão da Agricultura vai acompanhar propostas de desenvolvimento sustentável

21/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural instala nesta terça-feira (22) uma subcomissão para analisar propostas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, cada comissão pode ter até três subcomissões permanentes e três especiais.

Após a instalação da subcomissão, prevista para ocorrer na sala de reuniões da Comissão de Agricultura às 15 horas, será eleito o presidente do novo colegiado.

Da Agência Câmara Notícias

Audiência discute Censo Agropecuário de 2017

23/05/2018 - Os resultados do levantamento do IBGE devem ser divulgados em julho

O Censo Agropecuário de 2017 é tema da audiência pública que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados realiza nesta quinta-feira (24).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) completou em fevereiro a coleta de dados do 11º censo agropecuário brasileiro. “Como o último censo foi realizado em 2006, a expectativa é grande com a divulgação dos resultados, especialmente em relação à agricultura familiar brasileira”, afirma o deputado Heitor Schuch (PSB-RS), que pediu a realização do debate.

O censo vai mostrar o perfil do produtor rural por sexo, idade, cor ou raça, alfabetização e escolaridade, utilização das terras, produção animal e vegetal, a forma de obtenção das terras, as práticas agrícolas utilizadas no estabelecimento, entre outros.

“Com dados atualizados, será possível fazer recortes relevantes de cunho social e identificar tendências, entre elas o envelhecimento dos produtores e o êxodo rural. Também poderá ser evidenciada a participação do jovem no processo produtivo e a sucessão nas propriedades rurais”, antecipa o parlamentar.

De acordo com o censo de 2006, havia no Brasil mais de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, o que representava 84,4% do total das propriedades. Essas áreas, no entanto, ocupavam apenas 24,3% das terras.

No ano passado, em audiência na Câmara o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, afirmou que o Censo Agropecuário 2017 seria completo e chegaria aos mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais, com um maior nível de precisão nas respostas e um menor custo.

Debatedores

Foram convidados para participar do debate, entre outros, a coordenadora do Programa de Agricultura Familiar da Embrapa, Daniela Bittencourt, e representantes do IBGE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

Da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura vai ao Rio Grande do Sul discutir a carga tributária do setor vinícola

23/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados discute nesta quinta-feira (24) a carga tributária que incide sobre o setor vinícola nacional.

A partir deste ano o setor passou a ser incluído no Simples Nacional (Lei Complementar 123/06). “Medida que ajuda na desburocratização, na redução de custos tributários e na formalização de centenas de produtores”, afirma o deputado Afonso Hamm (PP-RS), autor de uma emenda que incluiu o setor de vinhos e espumantes no regime simplificado.

“As empresas que optarem pelo Simples deverão ter diminuição em uma série de custos, especialmente na venda direta ao consumidor final”, garante Hamm, que pediu a realização do debate para conhecer os possíveis problemas a serem enfrentados para que o setor do vinho e da uva possa colher resultados da aplicação da lei.

O deputado quer discutir ainda estratégias para reduzir os tributos que incidem sobre o setor. “Precisamos reduzir a carga tributária, pois, está impossível para a indústria vitivinícola ter sustentação, capacidade competitiva com vinhos importados e oferecer preços acessíveis para o consumidor brasileiro.”

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Produtores de tabaco cobram posição do governo em convenção internacional sobre o tema

23/05/2018 - Em outubro, na Suíça, Brasil participará de conferência para o controle do tabaco, mas Executivo afirma que os temas serão definidos só em agosto.

Agência Câmara Notícias



Audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara

Representantes da cadeia produtiva do fumo e prefeitos de municípios plantadores de tabaco lotaram nesta terça-feira (22) o auditório Freitas Nobre, da Câmara dos Deputados, para cobrar qual será a posição do governo brasileiro na Oitava Conferência da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, em outubro, na Suíça.

As reclamações dos representantes do setor são de que eles não são chamados para as discussões prévias aos encontros internacionais, nem sabem antecipadamente qual é a posição brasileira e chegam a ser barrados quando viajam para participar das conferências, como teria acontecido na Índia, em 2016.

Durante audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara, eles apresentaram os números do tabaco no Brasil: 40 mil empregos diretos e 619 municípios que dependem dessa

fonte de renda, principalmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Segundo o presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, Iro Schünke, o fumo gerou R\$ 6 bilhões de reais em receitas no ano passado.

Mercado ilegal

A secretária-executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, Tania Cavalcanti, explicou que os temas para o encontro da Suíça, chamado de Cop 8, serão definidos em agosto. Segundo ela, só a partir daí o governo brasileiro pode divulgar sua posição oficial sobre cada item.

Uma das discussões deve ser sobre um protocolo de combate ao mercado ilegal de cigarros. Tania Cavalcanti avalia que o fato de 90% por cento da produção nacional de tabaco ser exportada pode tornar o agricultor uma vítima desse processo.

Diversificação

Tania Cavalcanti acrescentou que é preciso investir na diversificação de culturas para diminuir a dependência dos agricultores da produção de tabaco. Diante das explicações dos integrantes do poder Executivo, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), que pediu a audiência, sugeriu acompanhar uma comissão de prefeitos a vários ministérios para sensibilizar o governo sobre a cadeia produtiva do tabaco.

Ele reiterou a importância de separar o combate ao tabagismo da produção brasileira de fumo. “Ninguém desconhece as doenças do cigarro, ninguém incentiva a fumar, mas criminalizar quem produz tabaco é uma grande injustiça”, disse.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura cria subcomissões para acompanhar assuntos fundiários e de defesa sanitária

23/05/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados instala nesta quarta-feira (23) duas subcomissões especiais, uma para analisar propostas relacionadas a assuntos fundiários e agricultura familiar e outra para discutir projetos sobre defesa sanitária.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, cada comissão pode ter até três subcomissões permanentes e três especiais.

Após a instalação das subcomissões, serão eleitos os presidentes dos novos colegiados.

Da Agência Câmara Notícias

Censo aponta dificuldade em manter jovens no campo como obstáculo ao crescimento da agricultura familiar

25/05/2018 - Dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017 apontam envelhecimento dos trabalhadores rurais sem reposição nas camadas etárias mais baixas.

Michel Jesus/ Câmara dos Deputados



A dificuldade para manter os jovens no campo foi apontada nesta quinta-feira (24), em debate na Câmara dos Deputados, como um dos principais obstáculos ao crescimento da agricultura familiar no Brasil. Audiência pública promovida pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, realizada por iniciativa do deputado Heitor Schuch (PSB-RS), teve o objetivo de analisar dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, cujos resultados finais serão divulgados em julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O coordenador do Censo, Antonio Florido, ressaltou que os números levantados até agora apontam para uma tendência de aumento da idade média dos trabalhadores agropecuários no Brasil. Segundo ele, os trabalhadores do setor têm buscado outras fontes de renda além das suas atividades tradicionais.

A Coordenadora do Programa de Agricultura Familiar da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Daniela Bittencourt, alertou que os jovens não querem mais ficar no campo. “Para mantê-los, temos que buscar soluções para os sistemas produtivos, buscar tecnologias específicas para cada área e apoiar o pequeno produtor. A tecnologia não está chegando ao pequeno; ou, se está chegando, não corresponde à sua realidade.”, afirmou, salientando a importância dos dados que serão obtidos por meio do novo Censo Agropecuário.

Daniela Bittencourt explicou que a agricultura familiar poderá ser fortalecida pela formação de mercados alternativos focados, por exemplo, em produtos artesanais ou no turismo rural. A Embrapa, segundo ela, vem incentivando o desenvolvimento sustentável do campo e aperfeiçoando, por meio da inclusão tecnológica, a organização das cadeias de produção e comercialização da agricultura familiar.

O deputado Heitor Schuch ponderou que o aumento da idade da população rural é um sinal positivo do crescimento da expectativa de vida dos brasileiros, mas ressaltou que isso gera a necessidade de novas políticas públicas. “Precisamos fazer a sucessão rural e segurar a juventude no campo. O Censo Agropecuário apontará caminhos nesse sentido”, destacou o parlamentar.

Estratégia educacional

O secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, também lamentou a tendência de migração da juventude rural para as áreas urbanas. “Não temos conseguido criar atrativos no meio rural para que os jovens lá permaneçam”, afirmou.

Ele atribui esse problema, entre outros fatores, a políticas educacionais. “Há mais de dez anos, temos a nucleação da educação: as crianças são tiradas da comunidade rural e levadas para escolas na cidade, e assim começam a perder o vínculo com a agricultura”, disse Rovaris.

De acordo com o representante da Contag, a incorporação de novas tecnologias no meio rural, embora seja necessária, reduz a demanda por mão-de-obra no campo. “O agricultor precisa de tecnologia, mas também de fontes de renda”, lembrou.

Representantes de trabalhadores rurais apontaram, durante a audiência, outros problemas que precisam ser enfrentados para garantir o estímulo à agricultura familiar: assistência técnica insuficiente, dificuldades na comercialização dos produtos, falta de transporte escolar, existência de estradas sem asfalto,

aumento da violência no campo e falta de políticas públicas específicas para as mulheres agricultoras.

A audiência também contou com a participação de Mauro Eduardo Del Grossi, professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (Propaga).

Da Agência Câmara Notícias

Comissão debate impacto do aumento dos combustíveis no agronegócio

11/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara promove audiência pública nesta terça-feira (12) sobre o aumento dos preços dos combustíveis, a carga tributária incidente e os impactos no agronegócio.

Autor do requerimento para o debate, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) critica os aumentos sucessivos. “Por mais que se justifiquem pela alta do dólar, sabe-se que este argumento não é suficiente para se explicar o porquê de o consumidor pagar um dos combustíveis mais caros de toda a América do Sul, mesmo sendo o Brasil autossuficiente na produção petrolífera”, indagou.

Goergen destacou ainda os impactos dos preços praticados pela Petrobras em praticamente todas as cadeias produtivas. “Em especial no agronegócio que escoar quase que a totalidade de sua produção pelas estradas brasileiras”, disse.

Foram convidados para o debate representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes

(Fecombustíveis); e da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam).

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Caminhoneiros e representantes do agronegócio divergem sobre preços mínimos dos fretes

13/06/2018 - A tabela de preços mínimos dos fretes do transporte de cargas ainda é o maior entrave para se chegar a um acordo entre os caminhoneiros e os diversos setores do agronegócio. O assunto foi discutido nesta terça-feira (12) em audiência pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Jerônimo Goergen: audiência de hoje contribuiu com o diálogo entre caminhoneiros, transportadores e produtores rurais

Participaram do encontro representantes de diversos segmentos da produção rural, dos transportadores e dos caminhoneiros autônomos. Depois que a audiência acabou, os produtores rurais e os caminhoneiros continuaram negociando.

O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que propôs a audiência, está confiante de que se possa chegar a um termo comum. "A partir da audiência pública, foi aceita por todas as partes a continuação de diálogo e de uma construção [de acordo] que será levada ao governo, de preferência ainda nesta semana. Eu considero que foi uma audiência estratégica, fundamental porque justamente coloca na forma de diálogo essas partes importantes do processo econômico, que são os caminhoneiros, os transportadores e os produtores agrícolas", declarou.

Os produtores agrícolas e as empresas transportadoras são contrários a um preço mínimo para os fretes. Eles afirmam que os preços dos produtos comercializados são negociados com antecedência, não cabendo manter fixo o preço dos fretes.

O governo definiu uma tabela mínima dos fretes por meio da Medida Provisória 832/18. O agronegócio reclamou da medida, e o governo fez uma nova tabela, que não foi aceita pelos caminhoneiros. O governo voltou atrás e manteve a tabela anterior, mas o impasse foi mantido.

Negociações

O consultor da área de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Luiz Fayet, lembrou que, na crise dos caminhoneiros em 2015, todos os setores envolvidos foram para a mesa de negociações, o que resultou em um fórum permanente no Ministério dos Transportes. Agora, durante a greve dos caminhoneiros de maio, que quase paralisou o País por dez dias, Luiz Fayet afirmou que a CNA foi excluída das negociações.

A entidade está disposta a judicializar a questão, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Já o representante do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer, disse que a posição da CNA dificulta o fim do impasse sobre a tabela de fretes. “A Confederação Nacional da Agricultura é contrária, vai fazer uma Adin contra o piso mínimo do frete. Não quer pagar. No entanto, ela está exigindo que exista um preço mínimo do café. Para receber, é possível. É constitucional e é legal existir um piso mínimo do café. Porém, para pagar o preço mínimo do frete é inconstitucional. Dois pesos, duas medidas. Quando me serve, sou favorável, quando não me serve, sou contrário”, criticou.

Em vez de um frete com um preço mínimo fixo, os produtores de grãos preferem um preço de referência, que possa ser negociado livremente. É o que afirmou o produtor Arney Antônio Frasson, que é presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra). “Nós defendemos uma referência do preço de frete que seja dada pela iniciativa privada, que seja construída tanto pelos caminhoneiros como pelos embarcadores.”

Para ele, o preço de referência deve atender à necessidade do caminhoneiro e não pode ser algo imposto pelo governo, o “que vai desorganizar toda a economia”.

Os resultados das negociações na Comissão de Agricultura da Câmara – entre os produtores rurais, as empresas transportadoras e os caminhoneiros – serão encaminhados para a mesa de negociação da tabela do frete dos transportes rodoviários na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura discute o desenvolvimento da cajucultura em seminário no Ceará

14/06/2018 - Representantes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados participam nesta quinta (14) e sexta-feiras (15) do 1º Seminário de Cajucultura do Nordeste, em Fortaleza (CE).

Sônia Baiocchi



O Ceará é responsável pela maior parte da produção nacional de caju

“A produção da castanha de caju no Brasil necessita de investimentos para continuar abastecendo o mercado interno brasileiro e exportar com qualidade”, afirma o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que sugeriu a participação do colegiado no evento.

“Apesar das deliberações da área econômica nos últimos anos, que objetivaram a renegociação das dívidas dos produtores rurais do semiárido brasileiro, o quadro dos agricultores ainda se encontra em estado grave, principalmente da região Nordeste.”

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova isenção no lucro de pequeno produtor com venda de animais em período de seca

15/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta do deputado Walter Alves (MDB-RN) que concede aos pequenos criadores de bovinos, caprinos e ovinos a isenção do Imposto de Renda sobre os ganhos obtidos com a venda de animais durante o período de seca.

Cleia Viana / Câmara dos Deputados



Gomes de Matos apresentou parecer pela aprovação do projeto

O relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), recomendou a aprovação do texto (PL 9153/17), que altera norma sobre o Imposto de Renda. A Lei 8.981/95 obriga a tributação dos ganhos de capital de pessoas físicas com a venda de bens e direitos de qualquer natureza.

Segundo a proposta, o benefício fiscal só valerá quando o período de estiagem for reconhecido por órgãos oficiais e para propriedades com até quatro módulos fiscais.

Módulo fiscal é um conceito criado pela legislação para definir a extensão mínima das propriedades rurais consideradas economicamente viáveis. O tamanho do módulo varia de acordo com cada município brasileiro e é divulgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Walter Alves afirma que o projeto visa beneficiar, principalmente, os pequenos produtores do semiárido nordestino. A região abriga 20 milhões de habitantes. Nos anos de seca mais severa, aproximadamente 11 milhões de habitantes passam fome e sede, segundo o deputado.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão aprova renegociação de dívidas rurais não abrangidas por duas leis

15/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou nesta quarta-feira (13) o Projeto de Lei 7469/17, que autoriza o governo a renegociar as dívidas de produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) contratadas com recursos controlados e que não foram contempladas nas renegociações promovidas pelas leis 13.340/16 e 13.606/18.

Conforme o texto aprovado, poderão ser repactuadas as dívidas até o limite de R\$ 50 mil por produtor, contratadas até 31 de dezembro de 2016, observadas as seguintes condições: os saldos devedores serão recalculados pelos encargos originais, mas livres de multas, juros de mora e outras taxas de inadimplemento; o prazo de carência será de dois anos; e taxa de juros de 6,5% ao ano, com prazo de pagamento de seis anos.

As leis 13.340/16 e 13.606/18 são as principais normas aprovadas pelo Congresso, em anos recentes, que tratam da repactuação das dívidas dos produtores rurais. Os recursos controlados são aqueles cujas condições (como taxas de juros, garantias e prazos) são definidas pelo governo.

Limites

O projeto é de autoria do ex-deputado Fernando Monteiro (PE), e foi aprovado com emendas, propostas pelo relator, o deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE). O texto original prevê carência de três anos e não fixa limites para o tamanho da dívida que poderá ser repactuada ou para o prazo de amortização.

Gomes de Matos decidiu mudar o texto por razões orçamentárias. “Não se tem uma estimativa razoável e confiável do impacto orçamentário e financeiro da prorrogação do início de pagamento de todas as operações contratadas com recursos controlados do crédito rural, sem limites quanto ao valor da dívida e o prazo para amortização”, disse.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova novas regras para venda direta de produto orgânico

18/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4576/16, do deputado Edinho Bez (PMDB-SC), pelo qual a venda de produtos orgânicos diretamente ao consumidor deverá ser feita apenas pelo agricultor familiar integrante de organização de controle social cadastrada nos órgãos fiscalizadores.

A venda também poderá ser feita sem a certificação para garantir a procedência do produto, se o consumidor e o órgão fiscalizador puderem rastrear o processo de produção e ter acesso ao local de produção ou processamento.

Pelo projeto, os agricultores familiares poderão comercializar a produção própria, de outros produtores certificados ou de produtos com a certificação prevista na Lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831/03). A comercialização deverá ocorrer em feiras livres, sejam provisórias ou permanentes, ou em propriedade particular.

Relator da matéria, o deputado Luiz Nishimori (PR-PR) defendeu o projeto. “Um regramento mais rígido para a venda direta de produtos orgânicos trará benefícios para os produtores que verdadeiramente investem e observam os preceitos da agricultura orgânica, assim como para os consumidores”, justificou.

Atualmente, a comercialização de produtos orgânicos pode ser feita em estabelecimentos como supermercados desde que a mercadoria tenha o selo SisOrg, obtido por auditoria ou fiscalização. Pela Lei da Agricultura Orgânica, os agricultores familiares são os únicos autorizados a realizar vendas diretas ao consumidor sem certificação, desde que participem de organização de controle social.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova indenização por cobertura florestal na reforma agrária

18/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou o Projeto de Lei 8426/17, do deputado Augusto Carvalho (SD-DF), que acrescenta dispositivo à Lei da Reforma Agrária (8.629/93) para incluir novo critério para indenização por terras desapropriadas.

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Newton Cardoso Jr, relator, argumenta que a indenização poderia servir para o enriquecimento indevido do indenizado

O texto prevê que a indenização pela terra nua abranja também a cobertura florestal, exceto quando ficar comprovada sua efetiva e lícita exploração econômica pelo proprietário expropriado, inclusive com autorização dos órgãos ambientais competentes.

Relator da matéria, o deputado Newton Cardoso Jr (PMDB-MG) apoiou o texto. Ele argumenta que “a indenização em separado, baseada apenas em potencial de exploração, poderia ensejar o enriquecimento indevido do indenizado, já que se trata de um pagamento fundamentado em situação hipotética”.

Terra nua é aquele imóvel rural que não tem nenhum investimento, ou seja, não possui nenhum equipamento ou construções que permitam a atividade rural, como plantações e pecuária.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão recebe representantes da agricultura familiar na terça

18/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados reúne-se nesta terça-feira (19) para discutir a implementação da Lei 13.606/18 e seus efeitos no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Essa lei institui o Programa de Regularização Tributária Rural, que permite o parcelamento de dívidas de produtores rurais (pessoas físicas, cooperativas e intermediários) com descontos.

As cooperativas de crédito rural centrais ou singulares, em operações de custeio e investimento no âmbito do Pronaf terão desconto de até R\$ 12 mil por operação. Esse ponto havia sido vetado, mas o Congresso derrubou o veto.

O benefício valerá para os casos em que a cooperativa pagou a dívida perante o banco e não recebeu dos mutuários, lançando mão de recursos próprios ou contabilizando o pagamento como prejuízo.

Poderão ser enquadradas nesse perdão as operações contratadas até 30 de junho de 2008 e que estavam inadimplentes em 22 de novembro de 2011. Para operações mais recentes, contratadas até 30 de dezembro de 2015, o texto concede descontos para quitação até 31 de dezembro de 2018.

O desconto não valerá para operações contratadas nas áreas de abrangência da Sudene e da Sudam.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura discute fusão das multinacionais Bayer e Monsanto

18/06/2018 - Integrantes da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural reúnem-se nesta quarta-feira (20) com o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto de Souza, para tratar sobre a fusão das multinacionais Bayer e Monsanto.

De acordo com o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS), que solicitou o encontro, produtores rurais têm encaminhado a ele suas preocupações quanto à fusão de duas das maiores empresas de tecnologia agrícola.

“Desde 2016, os produtores brasileiros têm acompanhado com preocupação os possíveis impactos desta fusão. Portanto, se fazem necessários esclarecimentos do Cade sobre o processo e o inquérito das condutas anti-concorrência da Monsanto no mercado brasileiro”, alegou Heinze.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura aprova emendas ao PLDO 2019

20/06/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR aprovou, na Reunião Deliberativa Ordinária realizada nesta quarta-feira (20/07), quatro emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLN 02/2018 – LDO) (duas emendas de inclusão de meta e duas emendas de texto) entre 38 sugestões encaminhadas pelos deputados.

Uma das emendas de inclusão de meta destina recursos ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o qual é uma das

ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM, intermediado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. O programa tem por finalidade promover o acesso à alimentação saudável para pessoas em condições de risco alimentar ou nutricional, além de incentivar a agricultura familiar. A sua execução dá-se por seis mecanismos diferentes: compra com doação simultânea; compra direta; apoio à formação de estoques; incentivo à produção e ao consumo de leite; e compra institucional e aquisição de sementes.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Deputado Evair Vieira de Melo, ao centro, presidindo a reunião de votação das emendas.

A outra emenda de inclusão de meta visa incentivar e promover a cadeia produtiva agropecuária de pequeno e médio porte, que se dá através: da aquisição e fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial; da realização de obras agropecuárias de desenvolvimento rural; e da construção, adequação e readequação de estradas vicinais. Essas medidas são consideradas essenciais para aumentar a capacidade produtiva e gerencial dos agricultores, contribuindo com a ampliação dos mercados interno e externo.

Entre as emendas de texto, há a que propõe a modificação do Inciso VII, do Art. 11, Capítulo III, do PLN 02/2018 – LDO, a fim de inserir, no orçamento de 2019, recursos para a concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (Lei nº 10.823/2003).

Por fim, também foi aprovada a emenda de texto que destina recursos às “...ações de Pesquisas e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologias...” da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Com essa alteração, busca-se assegurar as condições indispensáveis à geração e aplicação do conhecimento no setor agropecuária.

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO aponta metas e prioridades que servem de parâmetro na hora de elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, cujo projeto ainda será encaminhado ao Congresso, em agosto, pelo Governo Federal.

Comissão de Agricultura

Agricultura aprova restrição à importação de leite produzido contra regras ambientais brasileiras

09/07/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga a imposição de restrições à importação de leite – em pó ou in natura – originado de país que não adotam regras de proteção ambiental similares às normas brasileiras.



Celso Maldaner: a não adoção de regras rigorosas ambientais como as brasileiras barateia a produção do produto

O Projeto de Lei 9044/17, dos deputados Evair Vieira de Melo (PV-ES), Sergio Souza (PMDB-PR) e Zé Silva (SD-MG) estabelece que as restrições serão impostas pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligada à Presidência da República.

O Código Florestal (Lei 12.651/12) autoriza a imposição de sanções à importação de bens agropecuários cuja produção seja incompatível com a lei ambiental brasileira. Os autores argumentam, no entanto, que o caráter autorizativo tornou a sanção inócua e, por isso, querem obrigar as restrições no vaso de importação de leite.

O relator, deputado Celso Maldaner (MDB-SC), destacou que outros países não adotam as regras rigorosas ambientais brasileiras sobre áreas de proteção ambiental obrigatórias, o que barateia a produção do produto internacional. As restrições às importações vão beneficiar o produtor nacional, segundo ele.

“Regras mais rigorosas no Brasil representam mais custos. A proposta poderá equilibrar o comércio internacional de produtos agrícolas e trazer significativa contribuição à proteção ambiental”, disse.

Comissão aprova projeto que torna voluntária adesão a certificação de armazenagem agropecuária

09/07/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que torna voluntária a adesão ao sistema de certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que trata da qualificação dos armazéns de guarda e conservação de produtos agropecuários.

A medida está prevista no Projeto de Lei 9999/18, do deputado Covatti Filho (PP-RS). O texto altera Lei 9.973/00, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários e hoje prevê a certificação. A ideia é fazer com que o sistema estatal de credenciamento concorra com serviços privados similares, em benefício da qualidade e da eficiência.



O relator, deputado Heuler Cruvinel, recomendou a aprovação da proposta

Na avaliação de Covatti Filho, a não explicitação da adesão voluntária faz com que hoje o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras exija a participação de todas as unidades prestadoras de serviços remunerados. “A exigência imputa à atividade custos adicionais, em especial àqueles que já contam com os serviços privados de certificação”, afirmou.

O relator na Comissão de Agricultura, deputado Heuler Cruvinel (PP-GO), recomendou a aprovação do projeto. Para ele, o texto aprovado “impede distorções” na interpretação das normas vigentes, especialmente quando se leva em conta que, ao instituir o sistema de certificação, o Decreto 3.855/01 extrapolou os limites da Lei 9.973/00.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão debate, no Rio Grande do Sul, restrição de crédito para produtores de tabaco

11/07/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural promove um encontro, em Canguçu, no Rio Grande do Sul, para debater o acesso dos produtores de tabaco ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O objetivo do encontro, solicitado pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS), é discutir soluções para a restrição ao acesso de financiamentos via Pronaf pelos fumicultores.

“Atualmente os produtores não conseguem financiamento para reforma e manutenção de secadores, para implementar um sistema alternativo de geração de energia, como o fotovoltaico, ou para a construção de estufas, o que prejudica toda a cadeia produtiva desta cultura”, disse Moreira. “Não é possível que, mesmo em se tratando de uma cultura lícita, existam restrições impedindo a ampliação e modernização tecnológica das pequenas propriedades rurais produtoras de tabaco.”

Foram convidados para o debate, entre outros, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Sindicato Interestadual da Indústria de Tabaco (Sinditabaco); da

Associação dos Fumicultores do Brasil; da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário; e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS).

Da Agência Câmara Notícias

Venda direta de etanol pelo produtor para postos de combustível divide opiniões em comissão

11/07/2018 - Proposta que elimina a figura do distribuidor está em discussão na Câmara, mas teve urgência negada no Plenário.

Proposta que permite que produtores de etanol vendam o produto diretamente para postos de combustível, sem passar pelas distribuidoras, dividiu opiniões em debate na Câmara dos Deputados. A medida consta em projeto de decreto legislativo (PDC 916/18) do deputado JHC (PSB-AL) e foi discutida nesta quarta-feira (11) em audiência pública conjunta das comissões de Minas e Energia; e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Alex Ferreira/Câmara dos Deputados



Comissões debatem a possibilidade de venda direta de etanol pelos produtores

O projeto pretende suspender parte da Resolução 43/09, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a qual prevê que o produtor só pode comercializar etanol combustível com distribuidor autorizado pela agência e com o mercado externo. JHC considera que o artigo provoca aumento do preço do álcool para o consumidor brasileiro.

“Só a questão da logística da distribuição encarece o produto, sem contar a margem de lucro que a distribuidora coloca em cima do etanol”, disse. “Nós sairíamos de um oligopólio, com poucas distribuidoras controlando o mercado, e daríamos a oportunidade da livre concorrência, com todos os mais de 400 produtores podendo vender diretamente para os cerca de 42 mil postos”, completou. “Se você barateia o etanol, barateia a gasolina, porque 80% da nossa frota é flex”, acrescentou ainda.

Para o deputado, a ANP trabalha como “advogada das distribuidoras”, quando deveria trabalhar em defesa do consumidor, que estaria sendo lesado pela “burocracia estatal”. Ele acredita ainda que a agência extrapolou suas atribuições e regulamentou questão que tinha de ser discutida pelos parlamentares.

Questão regulatória

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, negou que órgão esteja cooptado por qualquer setor da economia. E disse que a possibilidade de venda direta do etanol já está sendo analisada pela agência, em grupo de trabalho conjunto com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que estuda alterações na regulamentação do setor. O grupo tem, a partir do final de junho, 60 dias para decidir sobre o tema.

Comissão de Agricultura aprova política de incentivo à apicultura

13/07/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou nesta quarta-feira (11) o Projeto de Lei 6913/17, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que institui uma política nacional de incentivo às cadeias produtivas da apicultura e da meliponicultura, esta última relacionada à criação das abelhas brasileiras sem ferrão, como jataí, mandaçaia e manduri.

Leonardo Prado/Câmara dos Deputados



Marcon incluiu as abelhas meliponícolas na política de apoio

O projeto recebeu parecer favorável do deputado Marcon (PT-RS), que apresentou um substitutivo para incluir as abelhas meliponícolas na política de apoio. Marcon defendeu a necessidade de proteger estas espécies nativas que também produzem mel, como as tradicionais abelhas africanas, introduzidas no Brasil no período colonial.

“Cientistas apontam que, embora a apicultura seja uma importante iniciativa socioambiental, a meliponicultura apresenta o maior potencial para conservação da biodiversidade

da Amazônia. Isto porque os meliponíneos são os principais agentes polinizadores da maior parte das plantas nativas da Amazônia”, disse.

A política de incentivos para as duas cadeias produtivas está baseada em diretrizes e instrumentos de execução. Entre as diretrizes estão a rastreabilidade dos produtos, a sustentabilidade ambiental, a geração de tecnologias de produção, a agregação de valor ao produto in natura, o apoio ao comércio interno e externo e a promoção ao uso de boas práticas na produção e no processamento dos produtos apícolas e meliponícolas.

Para garantir a execução das diretrizes, o texto aprovado coloca à disposição da nova política instrumentos como crédito rural, com prioridade para pequenos produtores e agricultores familiares; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; assistência técnica e extensão rural; e seguro rural.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura aprova quatro emendas à LOA

18/10/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou quatro emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA), PLN 27/2018. Os temas aprovados abrangem aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promoção da segurança alimentar e nutricional, assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, fomento ao setor agropecuário, e prêmio do seguro rural. A Comissão recebeu quarenta e quatro sugestões de emendas.

Foram autores das sugestões de emendas os Deputados Arnaldo Jardim, Bohn Gass, Carlos Henrique Gaguim, Carlos Melles, Evair Vieira de Melo, Heitor Schuch, João Daniel, Magda Mofatto, Josias Gomes, Luis Carlos Heinze, Marcon, Nelson Marquezelli, Sérgio Souza, Tereza Cristina e Zé Silva.

Pixabay



O deputado Sérgio Souza (MDB-PR) propôs substituir a sugestão de emenda nº 4 (Pesquisa Agropecuária) pela proposta de emenda que trata da concessão de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural. Para o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), as emendas apresentadas pela Comissão priorizarão temas fundamentais para o agronegócio brasileiro.

Propostas

A primeira emenda trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que tem o propósito de incentivar a agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, em especial os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas e promover o acesso à alimentação saudável, em quantidade e qualidade, para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

A segunda emenda aprovada pela Comissão destina-se a ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e de Inovação Tecnológica, de forma continuada e permanente, e garantir aos agricultores e agricultoras, assentados da reforma agrária e populações tradicionais o reforço orçamentário.

Já a terceira emenda destina-se a dar apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário objetivando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações. Proporcionar ações que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização.

O objetivo da quarta emenda é aportar recursos para concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural (Lei nº 10.823, de 2003), importante instrumento para proteção do setor agrícola contra riscos climáticos no Brasil.

Tramitação

As emendas aprovadas por unanimidade pelo colegiado serão encaminhadas para a Comissão de Mista de Orçamento, responsável pela análise das propostas orçamentárias.

A LOA estima as receitas e fixa as despesas do Governo para o ano subsequente, compreendendo as prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de acordo com as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública propostas no Plano Plurianual (PPA).

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Agricultura aprova subvenção em crédito rural por banco privado

08/11/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na reunião deliberativa do dia 31 de outubro, proposta que permite a bancos privados conceder subvenções econômicas nas operações de crédito rural na modalidade de equalização de taxas de juros. Pela proposta, as cooperativas de crédito também poderão conceder o benefício.

Luis Macedo/Câmara dos Deputados



Substitutivo de Sérgio Souza amplia possibilidade de subvenção econômica a todas as cooperativas de crédito

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Sérgio Souza (MDB-PR) ao Projeto de Lei 7740/17, do deputado Covatti Filho (PP-RS). O texto original permitia que apenas as cooperativas de crédito rural e não todas as cooperativas de crédito pudessem conceder as subvenções econômicas.

Atualmente, a lei que trata de subvenção econômica nas operações de crédito rural (Lei 8.427/92) permite a operação apenas por bancos oficiais e cooperativos.

Por meio da equalização, o governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa efetivamente paga pelo produtor. O mecanismo objetiva tornar o crédito rural mais barato para o setor agropecuário.

O substitutivo também estabelece que os recursos da equalização de juros deverão ser distribuídos por leilões eletrônicos, para “reduzir os custos ao Tesouro Nacional e conferir mais transparência ao processo”, segundo Souza.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova política de incentivo a microdestilaria e cooperativa de produtores de etanol

08/11/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na reunião deliberativa do dia 31 de outubro, o Projeto de Lei 9625/18, do deputado Padre João (PT-MG), que institui política de incentivo à produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores de etanol.

Brizza Cavalcante / Câmara dos Deputados



Josué Bengtson: proposta irá ampliar a concorrência

Microdestilaria é aquela com capacidade de produção de até 10 mil litros de etanol combustível por dia, segundo a proposta. As microdestilarias poderão ser integradas a uma cooperativa de pequenos produtores que centralizará a produção em uma destilaria central para adequar o teor do etanol.

Para o relator, deputado Josué Bengtson (PTB-PA), a proposta tem inovações capazes de beneficiar não apenas os produtores rurais, mas também os consumidores. “A diminuição de um elo da cadeia de abastecimento irá ampliar a concorrência no mercado e a eficiência econômica, com impactos positivos sobre os preços ao consumidor final”, disse.

Tanto as microdestilarias como as cooperativas poderão vender o etanol para o consumidor final ou para postos revendedores. O funcionamento das entidades depende de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que também fará fiscalização da produção, transporte até a comercialização do etanol.

Entre os instrumentos da política de incentivo às microdestilarias está o crédito rural e industrial, a pesquisa agropecuária e a extensão rural e assistência técnica.

O poder público deverá, por exemplo, estimular parceria entre centros de pesquisa e extensão rural com produtores, além de criar linhas de crédito e mecanismos para comercializar produtos derivados da cana.

Sem tributação

O texto retira a incidência ou zera tributos de etanol produzido por essas entidades para tornar o preço do combustível mais competitivo.

Pela proposta, não há incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico que incide sobre a comercialização de combustíveis (Cide-combustíveis). A Cide-combustíveis, prevista na Lei 10.336/01, incide sobre a importação e a comercialização, no mercado interno, de combustíveis. Os seus contribuintes são as refinarias e os importadores de gasolina, óleo diesel, querosene, óleos combustíveis, GLP e etanol.

A proposta também zera as alíquotas de PIS/Cofins incidente sobre a comercialização de etanol produzido pelas microdestilarias ou cooperativas de pequenos produtores rurais.

O texto estabelece novos critérios para redução de alíquotas de PIS/Cofins para etanol. A diminuição será diferenciada em razão da matéria-prima utilizada na produção; das características do produtor-vendedor; da região de produção da matéria-prima; ou da combinação desses fatores.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Minas e Energia; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Com a participação da Agência Câmara Notícias

Deputados querem programa de crédito fundiário mais acessível

08/11/2018 - Em audiência pública realizada na quarta-feira (7), os deputados da Comissão de Agricultura da Câmara fizeram várias solicitações de mudanças no Programa Nacional de Crédito Fundiário para torná-lo mais acessível a famílias que têm mais recursos ou filhos de proprietários rurais interessados em

adquirir terras. O programa tem juros que variam de 0,5% a 5,5% ao ano para financiamentos de até R\$ 140 mil.

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



Mudanças feitas neste ano pelo governo no programa foram elogiadas

O deputado Roberto Balestra (PP-GO), que propôs a realização do debate, defendeu o aumento do teto de financiamento e o pagamento dos empréstimos com base no valor da produção dos agricultores. De qualquer forma, ele elogiou as mudanças já feitas no programa este ano e disse que ele é pouco divulgado entre os movimentos sociais que lidam com a questão da terra.

"Não há interesse em divulgar para solucionar o problema. Quando a gente fala nos acampamentos sobre o crédito fundiário é uma surpresa. 'Mas nós não sabíamos'. Como? Como a Superintendência do Incra nunca falou?", afirmou.

Mudanças

Entre as mudanças feitas neste ano pelo governo (decreto 9.263), houve um aumento da renda máxima anual dos que podem participar do programa de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil na faixa mais simples. São três faixas e a última foi chamada de "empreendedor" e atende pessoas com renda anual de até R\$ 216 mil e patrimônio de no máximo R\$ 500 mil.

A representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Marina Zimmermann, defendeu a redução dos juros para a última faixa, que ainda está sendo regulamentada. Elias Borges, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pediu o aumento dos subtetos regionais de financiamento. Ele disse ainda que é preciso crédito para a construção das residências dos agricultores nas terras.

O secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Ivandré Montiel, ressaltou que o programa não está mais restrito ao público dos movimentos sociais, como ocorria na gestão anterior.

Pedro Henrique Vianna, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, disse que existem hoje 141 mil famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Com participação da Agência Câmara Notícias

Comissão de Agricultura vai debater conflito fundiário no oeste baiano

23/11/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados vai realizar no dia 4 de dezembro audiência pública para discutir um conflito fundiário na região de Coaceral, em Formosa do Rio Preto (BA). Situada no oeste baiano, na divisa com Tocantins, a região é uma das fronteiras agrícolas mais prósperas do País e foi colonizada por produtores paranaenses em 1984. A audiência pública foi requerida pelos deputados Osmar Serraglio (PP-PR), Adilton Sachetti (PRB-MT) e Valdir Colatto (MDB-SC).

As famílias paranaenses se mudaram para a região estimuladas pela concessão de financiamentos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer I), um programa agrícola do governo brasileiro em parceria com o japonês. Elas ocuparam uma área de mais de 300 mil hectares para a produção de grãos.

A origem da terra é a antiga fazenda São José, de vasta dimensão, no município de Formosa do Rio Preto. Em 1915, pequena posse dessa fazenda foi relacionada em um inventário. Na época, o inventariante arrolou apenas a posse da área, que entrou no inventário avaliado judicialmente por um valor irrisório, inferior ao de dois bezerros ou metade do valor de um animal asinino.

Em 2015, setenta anos depois, José Valter Dias se apresentou na comarca da região como herdeiro daquela posse, efetuou o inventário e converteu aquela posse em matrícula do imóvel, sem mencionar o registro anterior e sem qualquer definição da área e dos limites, passando a se dizer proprietário da região onde moram os colonos.

Ilegalidade

O deputado Osmar Serraglio afirma que a obtenção da escritura se deu de forma ilegal e envolve membros do Judiciário. Segundo o parlamentar, a obtenção da matrícula do imóvel se deu por José Valter sem que o herdeiro apresentasse nenhum documento comprovando seu direito, como o registro anterior, o cadastro no Incra ou comprovantes de pagamento de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), como lhe tinha sido exigido em juízo. Além disso, em nenhum momento os colonos foram ouvidos pela Justiça.

Uma petição do Ministério Público da Bahia, que analisou o caso, chegou a afirmar que a decisão judicial teria concedido uma

“posse mágica” a José Valter Dias. “Ele [Dias] conseguiu fazer o registro contrariamente a toda legislação de registro público”, afirmou o deputado.

Serraglio disse ainda que o registro foi concedido no mesmo mês em que os produtores faziam a colheita, forçando-os a aceitar “acordos leoninos” com o suposto proprietário para poderem permanecer na terra.

A reintegração de posse chegou a ser concedida, mas foi revista por novos despachos do próprio Tribunal de Justiça da Bahia e do Conselho Nacional de Justiça.

Os parlamentares querem agora saber como a posse definitiva da terra foi concedida a partir de um “passe mágico” referido pelo Ministério Público e como ficará a situação dos produtores rurais, que realizaram benfeitorias na região, transformando-a na famosa região do Matopiba, onde estão cultivando a terra há mais de 30 anos.

Os deputados desejam identificar os envolvidos – principalmente aqueles relacionados a tráfico de influência junto a autoridades –, diante de uma situação de insegurança jurídica que foi implantada na região nos últimos três anos, “obrigando os produtores ao pagamento de parte de sua colheita para quem nunca foi proprietário das terras”.

Da Agência Câmara Notícias com modificações

Agricultura aprova incentivos à economia de cidades do norte próximas a fronteiras

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto, do Senado, que cria programa com o objetivo de estimular a economia de municípios da região norte do País que estejam próximos de fronteiras com outros países – o Programa Fronteira Agrícola Norte (PL 6575/13).

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Luana Costa, relatora: programa deve priorizar desenvolvimento sustentável

Pelo texto, o programa deve estimular a instalação de microempresas rurais, consolidar a infraestrutura de assentamentos, realizar obras nos setores de transporte e energia, criar núcleos de pesquisa, promover ações de preservação do meio ambiente, entre outras medidas.

O programa deverá beneficiar municípios de Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre cujas sedes estejam a até

450 quilômetros das fronteiras com Guiana Francesa, Suriname, República da Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

A relatora da proposta na comissão, deputada Luana Costa (PSC-MA), apresentou parecer favorável ao texto. “O Programa deverá priorizar a aplicação de seus recursos na instalação de microempresas rurais; no desenvolvimento sustentável das comunidades extrativistas; na consolidação da infraestrutura nos setores de transportes e de recursos energéticos; na defesa sanitária vegetal e animal; na proteção do meio ambiente e gerenciamento dos recursos hídricos; e na criação e expansão de núcleos de pesquisa científica e tecnológica”, afirmou.

Tramitação

A proposta, que tramita em regime de prioridade, ainda será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, ela segue para o Plenário.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova novo redutor para prestação do Banco da Terra paga em dia

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (12) o Projeto de Lei Complementar (PLP) 455/17, que amplia, de 50% para 70%, o redutor que incide sobre as prestações dos empréstimos feitos por pequenos produtores junto ao Banco da Terra.

Câmara dos Deputados



Assis do Couto, relator, recomendou a aprovação da proposta

A proposta é de autoria do deputado Bohn Gass (PT-RS) e recebeu parecer favorável do deputado Assis do Couto (PDT-PR). O relator recomendou a rejeição da proposta que tramita apensada ao texto de Bohn Gass (PLP 498/17). Criado pela Lei Complementar 93/98, o Banco da Terra financia a aquisição de imóveis rurais, não passíveis de desapropriação, por agricultores familiares sem terra ou com pouca terra. Os financiamentos são subsidiados pelo governo: os juros são limitados 12% ao ano e as parcelas mensais do empréstimo podem ter redutor de 50% quando pagas em dia. O projeto eleva esse desconto em 20 pontos percentuais.

Incentivo

O objetivo do projeto, segundo seu autor, é premiar os mutuários que pagam seus empréstimos. Ele afirma que as frequentes renegociações de dívidas rurais criam a impressão, entre os devedores que não são inadimplentes, de que não vale a pena pagar as contas em dia. Para Bohn Gass, é preciso incentivar a adimplência.

O argumento convenceu o relator da proposta. “Em um cenário em que a renegociação de dívidas é recorrente, a proposta representa uma lufada de ar fresco, uma valorização de princípios mais dignos que importem na adoção de práticas menos onerosas aos cofres públicos”, disse Assis do Couto.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova incentivo para equipamento agrícola que use energia renovável

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 6325/16, do deputado Pedro Uczai (PT-SC), que pretende incluir linhas de crédito para compra de equipamentos rurais que usem energias renováveis entre as prioridades de incentivo da Lei de Política Agrícola (Lei 8.171/91). O estímulo deve focar, em especial, a agricultura familiar.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Energia renovável é a que vem de recursos que são naturalmente reabastecidos, como sol, vento, chuva, marés e energia geotérmica (exploração do calor das camadas internas da terra).

O relator, deputado Marcon (PT-RS), recomendou a aprovação. “Já possuímos linhas de crédito destinadas à agricultura familiar para a aquisição de equipamentos para a produção de energia elétrica a partir das fontes eólica, solar e biomassa”, disse. “A aquisição de equipamentos para a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis representa uma garantia a mais.”

Atualmente, a política agrícola incentiva prioritariamente a construção de pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e termoelétricas e aproveitamento de resíduos agrícolas; atividades de eletrificação rural; e programas de florestamento energético, entre outros.

Da Agência Câmara Notícias

Política para incentivar produção de coco no Brasil é aprovada na 1ª comissão

18/12/2018 - Texto ainda precisa ser analisado pela Comissão de Finanças e pela CCJ.

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 10788/18, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade. O objetivo da proposta é elevar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da produção de coco no Brasil.



O relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), recomendou a aprovação do texto. “Caso institua essa política nacional, o País poderá iniciar um processo de aprimoramento das técnicas de produção e figurar entre os grandes exportadores de coco, gerando empregos e ajudando na melhoria do saldo da balança comercial”, disse.

O texto em análise na Câmara dos Deputados inclui entre as finalidades da política nacional o estímulo ao consumo doméstico e às exportações de coco e de produtos derivados, a redução das perdas ao longo da cadeia produtiva, o apoio à produção orgânica e à agricultura familiar, o treinamento de mão de obra, o financiamento do setor e a melhoria da infraestrutura produtiva e do escoamento da produção.

Serão instrumentos da Política de Incentivo à Cocoicultura, o crédito rural, a pesquisa agrônômica e agroindustrial, a assistência técnica, a extensão rural e o cooperativismo, entre outros. O financiamento dessa política se dará por meio de dotações orçamentárias da União e de financiamentos concedidos por bancos e cooperativas brasileiros e estrangeiros, além de saldos de exercícios anteriores.

Da Agência Câmara Notícias

Comissão aprova delegacia especializada em crime rural em cidades com mais de 95 mil habitantes

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga a criação de delegacias especializadas em crimes rurais em cidades com mais de 95 mil habitantes.



O texto aprovado é um substitutivo do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) ao Projeto de Lei 10149/18, do deputado Alberto Fraga (DEM-DF). No projeto original, a obrigatoriedade era para cidades com mais de 200 mil habitantes.

Segundo Melo, a redução do total populacional exigido vai permitir que as delegacias se afastem das capitais e que a ação policial ganhe maior capilaridade. “Aumentamos de 151 para 333 o número de municípios atendidos, ao mesmo tempo em que racionalizamos a distribuição das delegacias”, disse.

Região metropolitana

O substitutivo cria novas regras para instalação dessas delegacias em regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride).

Municípios de regiões metropolitanas com população acima de 95 mil ficam sem a obrigação, segundo o projeto. Nesse caso, o Executivo estadual definirá em qual município fará a delegacia, observando a necessidade da região e a área de cobertura do órgão.

Já as Rides terão delegacias em pelo menos um município de cada estado integrado, independentemente da população do município sede. As rides são como regiões metropolitanas com municípios de mais de um estado.

Melo citou o exemplo dos municípios mineiros da Ride do Distrito Federal, que ficariam sem delegacia se o projeto não fosse alterado, por nenhum cumprir o critério populacional.

Os estados terão prazo de dois anos para instalar as delegacias, sob pena de não terem acesso aos recursos a eles destinados através do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). O objetivo é investigar e prevenir os delitos, bem como desarticular quadrilhas que atuam na zona rural.

Violência

Nos últimos dois anos, foram registrados quase 71 mil furtos e roubos na área rural de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, de acordo com relatório da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Segundo esses dados, em Goiás, entre 2016 e 2017, foram registrados mais de 1,6 mil casos de roubos e 11 mil furtos a propriedades rurais; desses, 2,7 mil ações criminosas tiveram como objetivo o furto ou roubo de animais.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova indenização para área preservada em desapropriação de terra

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou proposta que obriga o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a incluir no cálculo da indenização a ser paga ao dono de terra desapropriada para reforma agrária o valor da vegetação nativa e o pagamento por serviços ambientais (gastos com a preservação de áreas naturais próprias).

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



O deputado Evandro Roman, relator, recomendou a aprovação do substitutivo aprovado pela Comissão de Meio Ambiente

O projeto (PL 8212/14) é de autoria do deputado André de Paula (PSD-PE) e recebeu parecer favorável do deputado Evandro Roman (PSD-PR).

Roman recomendou a aprovação do substitutivo elaborado pelo deputado Nilto Tatto (PT-SP), que relatou o projeto na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A proposta

original foi alterada para uma redação mais clara que leve em conta toda a vegetação preservada.

Sem previsão

O projeto altera a lei que autoriza a desapropriação, para reforma agrária, de terras que não cumprem a sua função social (Lei 8.629/93). A norma prevê a indenização do proprietário que perderá a posse da terra, e o valor recebido levará em conta a localização, a aptidão agrícola, a dimensão, a área ocupada e as benfeitorias.

O Incra não leva em conta a cobertura vegetal no cálculo da indenização com o argumento de que estas áreas de preservação não podem ser utilizadas para fins econômicos. O assunto tem sido levado à Justiça pelos proprietários de terras desapropriadas, que querem receber pelo investimento feito na preservação ambiental. Com o projeto, espera-se resolver de vez a questão.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova incentivo ao cultivo combinado de peixes e plantas

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou o Projeto de Lei 10456/18, do senador Benedito de Lira (PP-AL), que incentiva a aquaponia para a produção de produtos aquícolas e agrícolas.



Josué Bengston, relator, retirou previsão de juros diferenciados para esses produtores

A aquaponia é um sistema de produção de alimentos que combina a criação de peixes e crustáceos com o cultivo de plantas em água (hidroponia) em um ambiente integrado. Pelo sistema é possível produzir diversos vegetais em pequenos espaços, não sendo necessário adubo, pois as fezes dos peixes mineralizam a água.

Pelo projeto, produtores que investirem na produção aquapônica terão direito a incentivos fiscais, prioridade na concessão e renovação de direitos de uso de recursos hídricos, preferência como fornecedor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O relator na comissão, deputado Josué Bengston (PTB-PA) retirou a previsão de crédito rural com juros diferenciados para esses produtores. “Se aprovado, esse privilégio caminharia na contramão do que se busca para o crédito rural: sua simplificação e a redução de seus custos operacionais”, justificou.

O texto prevê ainda programas de incentivo à aquaponia voltados à população urbana de baixa renda, envolvendo atividades de capacitação e mecanismos de apoio financeiro para compra de insumos e equipamentos.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

Agricultura aprova restrições à importação de banana de países que desrespeitem normas ambientais

18/12/2018 - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 10737/18, do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), que restringe a importação, pelo Brasil, de banana de países que desrespeitem normas de proteção ambiental.

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Heitor Schuch: medida prevista no Código Florestal não vem sendo executada

O Código Florestal (Lei 12.651/12) já autoriza a Câmara de Comércio Exterior (Camex) a adotar medidas de restrição a importações de bens agropecuários ou florestais de países que não observam normas de proteção do meio ambiente.

Segundo o relator, deputado Heitor Schuch (PSB-RS), a previsão do código não tem sido executada nos seis anos de vigência da norma. Por isso, ele defendeu a aprovação do PL 10737/18, que torna obrigatória a adoção das medidas restritivas.

“Esperamos propiciar condições mais justas de concorrência nas relações comerciais entre países produtores e consumidores de bananas.”

A bananicultura no Brasil tem área plantada de cerca de 520 mil hectares, com uma produção anual superior a R\$ 16 bilhões. A cadeia produtiva da banana é a segunda maior dentre as frutas produzidas no País, empregando direta e indiretamente 1,5 milhão de pessoas.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Da Agência Câmara Notícias

PROPOSIÇÕES

Proposições apreciadas pela CAPADR

Tipo de Proposição	Total de Proposições
Principal	
PDC	2
PL	33
PLP	1
PFC	0
REQ	51
INC	0
Apensado	
PL	3
PLP	1
Total Geral	91

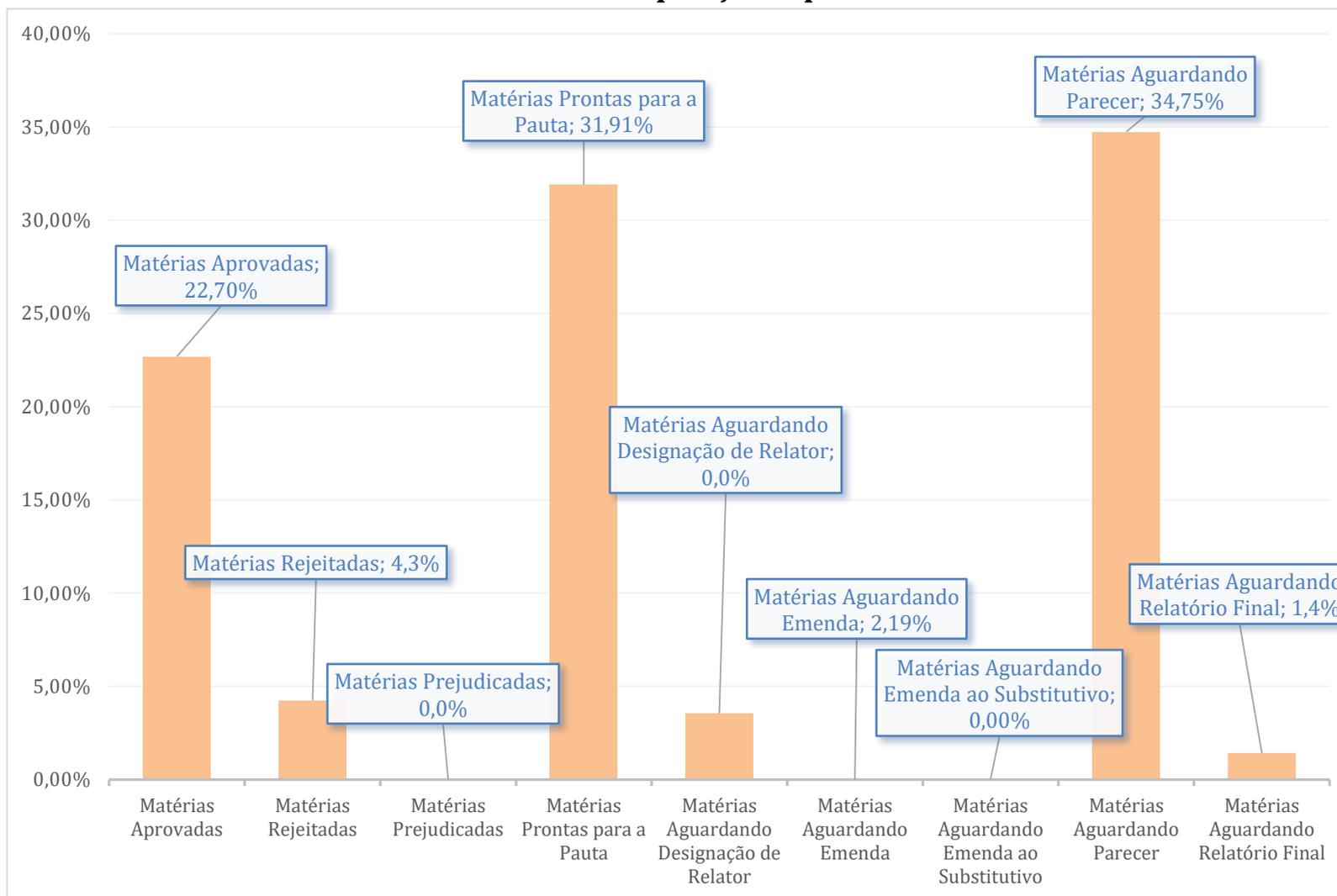
Resultado das Proposições apreciadas na CAPADR

Tipo de Proposição	Resultado		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados
PDC	2	0	0
PL	29	5	2
PLP	1	1	0
Total por Resultado	32	6	2
Total Geral	40		

Reuniões realizadas pela CAPADR

Tipo de Reuniões	Total de Reuniões
Comissão	
Audiência Pública	8
Reunião com Ministro	1
Encontro	5
Seminário	2
Reunião Técnica	8
Participação em Exposição	2
Audiência Pública Conjunta	1
Reunião Deliberativa Ordinária	16
Reunião Deliberativa Extraordinária	1
Reunião de Instalação e Eleição	1
Reunião de Eleição	1
Ato Solene	1
Total Geral	47

Gráfico do resultado das Proposições apreciadas na CAPADR



MATÉRIAS APRECIADAS

Matérias Aprovadas

Projeto de Decreto Legislativo – PDC

PDC 780/2017 – BETO ROSADO

Susta o art. 6º do Decreto nº 80.583, de 20 de outubro de 1977, que dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado à alimentação animal.

Parecer do Relator, Deputado Walter Alves (PMDB-RN), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/04/18.

PDC-882/2017 - NELSON MARQUEZELLI

Susta a Instrução Normativa Nº 46, de 6 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2017, que altera a Instrução Normativa Nº 3, de 20 de março de 2014.

Parecer do Relator, Dep. Jony Marcos (PRB-SE), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

Projeto de Lei – PL

PL - 2404/2015 – ZÉ SILVA

Dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTES E DO SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CSSF, COM SUBEMENDAS, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/2017 DA CAPADR.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/04/18.

PL - 4732/2016 – ALCEU MOREIRA

Concede descontos para as cooperativas de eletrificação rural na compra de energia.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 7493/2017, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/04/18.

PL - 8104/2017 – JOSI NUNES

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro e o inciso IX do art. 3º da Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, que dispõe sobre a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, para dispor sobre a identificação dos veículos de fiscalização agropecuária por dispositivos de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente.

PARECER DO RELATOR, DEP. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/04/18.

PL 3415/2015 – EVAIR DE MELO

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Agricultor Familiar no Entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

PARECER DO RELATOR, DEP. REMÍDIO MONAI (PR-RR), PELA APROVAÇÃO DESTES, COM EMENDA, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA DA CMADS Nº 1, DA EMENDA DA CMADS Nº 2, DA EMENDA DA CMADS Nº 3, DA EMENDA DA CMADS Nº 4, E DA EMENDA DA CMADS Nº 5.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, em 25/04/18.

PL - 7678/2017 – CONCEIÇÃO SAMPAIO

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para permitir que produtos extrativos de origem animal recebam a subvenção econômica de que trata essa Lei.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 25/04/18.

PL - 5651/2016 – TEREZA CRISTINA

Altera a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para ampliar o regime de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a venda no mercado interno de aves e reprodutores suínos.

PARECER DO RELATOR, DEP. JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/05/18.

PL - 8353/2017 – HEULER CRUVINEL

Dispõem sobre concessão isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados para veículos adquiridos por Produtores Rurais, e demais providências como dispõe.

PARECER DO RELATOR, DEP. JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS), PELA APROVAÇÃO DESTES, E DO PL 8604/2017, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 16/05/18.

PL - 4576/2016 – EDINHO BEZ

Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos.

Parecer do Relator, Dep. Luiz Nishimori (PR-PR), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/06/18.

PL - 7469/2017 – Fernando Monteiro

Altera a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que "Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências", para permitir a repactuação das dívidas de operações de crédito rural, com recursos oficiais, contratadas até 31 de dezembro de 2016, concedendo carência de três anos.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação, com emendas.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/06/18.

PL - 8426/2017 – Augusto Carvalho

Acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Parecer do Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (PMDB-MG), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/06/18.

PL - 9153/2017 – Walter Alves

Dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital na venda de bovinos, caprinos e ovinos de pequenos produtores rurais, proprietários de terra de até 4 (quatro) módulos fiscais.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/06/18.

PL - 9044/2017 – Evair Vieira de Melo

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona.

Parecer do Relator, Dep. Celso Maldaner (MDB-SC), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/07/18.

PL – 9999/2018 – Covatti Filho

Altera o art. 2º da Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para conferir caráter voluntário à adesão ao sistema de certificação que especifica.

Parecer do Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PP-GO), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 04/07/18.

PL – 6913/2017 – Evair Vieira de Melo

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção Melífera e ao Desenvolvimento de Produtos e Serviços Apícolas de Qualidade.

Parecer do Relator, Dep. Marcon (PT-RS), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/07/18.

PL - 9198/2017 – SILAS CÂMARA

Altera o artigo 1º da Lei N. 8.427, de 27 de Maio de 1992, para autorizar subvenções econômicas a pescadores artesanais, e das reservas.

Parecer do Relator, Dep. Jony Marcos (PRB-SE), pela aprovação, com emenda.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/07/18.

PL - 7740/2017 – COVATTI FILHO

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender o mecanismo de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros aos bancos privados e às confederações de cooperativas de crédito rural.

Parecer do Relator, Deputado Sergio Souza (MDB-PR), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 31/10/18.

PL - 9625/2018 – PADRE JOÃO

Dispõe sobre a política de incentivo à produção de etanol em microdestilarias e em cooperativas de pequenos produtores e dá outras providências.

Parecer do Relator, Deputado Josué Bengtson (PTB-PA), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 31/10/18.

PL-4314/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 21/11/18.

PL-1738/2011 - GERALDO RESENDE

Dispõe sobre a Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose animal.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação deste, e do PL 2388/2015, apensado, com substitutivo.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-6575/2013 - SENADO FEDERAL - MOZARILDO CAVALCANTI

Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Luana Costa pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-8212/2014 - ANDRÉ DE PAULA

Acrescenta o inciso VI e altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal".

Parecer do Relator, Dep. Evandro Roman (PSD-PR), pela aprovação deste, e do Substitutivo adotado pela CMADS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-6325/2016 - PEDRO UCZAI

Acresce dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre suas prioridades.

Parecer do Relator, Dep. Marcon (PT-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-10149/2018 - ALBERTO FRAGA

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas em Crimes Rurais, nos municípios com mais de duzentos mil habitantes.

Parecer do Relator, Dep. Evair Vieira de Melo (PP-ES), pela aprovação, com substitutivo.

Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados João Daniel, Padre João e Marcon, em 12/12/18.

PL-10456/2018 - SENADO FEDERAL - BENEDITO DE LIRA

Incentiva a aquaponia, com vistas ao uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e na agricultura para a produção e a comercialização de produtos aquícolas e agrícolas.

Parecer do Relator, Dep. Josué Bengtson (PTB-PA), pela aprovação, com emenda.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-10737/2018 - EVAIR VIEIRA DE MELO

Altera o art. 74 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição às importações de banana in natura.

Parecer do Relator, Dep. Heitor Schuch (PSB-RS), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

PL-10788/2018 - EVAIR VIEIRA DE MELO

Institui a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

Projeto de Lei Complementar - PLP

PLP-455/2017 - BOHN GASS

Altera a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, para modificar os redutores percentuais incidentes sobre as parcelas dos financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra.

Parecer do Relator, Dep. Assis do Couto (PDT-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PLP 498/2018, apensado.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 12/12/18.

Matérias Rejeitadas

Projeto de Lei – PL

PL- 8411/2017 – CARLOS BEZERRA

Altera os arts. 6, 15, 16 e 18 da Lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

Rejeitada em 11/04/18.

PL - 6796/2013 – JHONATAN DE JESUS

Altera o art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências".

Rejeitada em 16/05/18.

PL-7586/2014 - JORGE TADEU MUDALEN

Dispõe sobre a normatização das feiras livres espalhadas em todo o país quanto à disposição dos produtos, conservação, identificação, informação quanto à origem, e sistema de produção agro ecológico ou convencional e dá outras providências.

Rejeitada em 21/11/18.

Matérias em apreciação

Matérias prontas para a pauta

Projetos de Lei

PL 3764/2012 – RICARDO IZAR

Dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas clínicas veterinárias, Pet Shops e estabelecimentos congêntos e a produção em embalagens apropriadas para tal fim.

Parecer do Relator, Dep. Junji Abe (MDB-SP), pela rejeição do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.764, de 2012.

PL 7780/2017 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para que as atividades do Incra em imóveis que se pretende destinar à reforma agrária somente sejam permitidas, em caso de disputa judicial sobre o bem, após a imissão na posse por decisão colegiada.

Parecer do Relator, Dep. Adilton Sachetti (PRB-MT), pela aprovação, com substitutivo.

PL 9427/2017 – SENADO FEDERAL - WELLINGTON FAGUNDES

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), para autorizar a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), de forma individualizada, dos lotes de assentamentos de reforma agrária.

Parecer do Relator, Dep. Adilton Sachetti (PRB-MT), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição da Emenda adotada pela CMADS.

PL 10493/2018 – SENADO FEDERAL - VALDIR RAUPP

Altera os limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, define sua zona de amortecimento e amplia a Reserva Extrativista do Lago do Cuniã.

Parecer do Relator, Dep. Luiz Cláudio (PR-RO), pela aprovação.

PL 1016/2015 – JÚLIA MARINHO

Altera a Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, para definir atividades e atribuições profissionais do zootecnista, e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Alberto Fraga (DEM-DF), pela aprovação.

PL 1486/2015 – AFONSO FLORENCE

Dispõe sobre o Estatuto das Populações Extrativistas, institui o Dia Nacional do Extrativismo e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Valmir Assunção (PT-BA), pela aprovação deste, com substitutivo.

PL 4618/2016 – GOULART

Dispõe sobre o abate humanitário de animais em todo o território nacional e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Adilton Sachetti (PRB-MT), pela aprovação na forma do Substitutivo adotado pela CMADS.

PL 6466/2016 – MARINALDO ROSENDO

Dispõe sobre a proibição de as instituições financeiras, que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, condicionarem a concessão de financiamentos no âmbito do Programa, à prestação, pelo mutuário, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços.

Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (MDB-RS), pela rejeição.

PL 7392/2017 – MISAEL VARELLA

Altera o art. 98 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que "Dispõe sobre a política agrícola".

Parecer do Relator, Dep. Evandro Roman (PSD-PR), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 7394/2017, do PL 7439/2017, do PL 9122/2017, e do PL 9815/2018, apensados.

PL 8749/2017 – DR. SINVAL MALHEIROS

Eleva a Aquishow - Evento de Pesca e Piscicultura à condição de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Parecer do Relator, Dep. Junji Abe (MDB-SP), pela aprovação.

PL 8875/2017 – ROGÉRIO SILVA

Altera o art. 3º da Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, que "acresce e altera dispositivos da Lei no 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências", para autorizar a equalização de taxas de juros praticadas em financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para aquisição e modernização de aviões agrícolas.

Parecer do Relator, Dep. Luis Carlos Heinze (PP-RS), pela aprovação, com emenda.

PL 9263/2017 – PATRUS ANANIAS E OUTROS

Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS), pela aprovação, com emenda.

PL 9407/2017 – CARLOS BEZERRA

Altera a Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, para dispor sobre a armazenagem dos produtos agropecuários.

Parecer do Relator, Dep. Heuler Cruvinel (PP-GO), pela aprovação, com emenda.

PL 9822/2018 – PADRE JOÃO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas informarem ao Banco Central do Brasil as operações privadas de financiamento agrícola, e dá outras providências.

Parecer do Relator, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS), pela rejeição.

PL 9824/2018 – RÔNEY NEMER

Dispõe sobre os empreendimentos de turismo rural da agricultura familiar.

Parecer da Relatora, Dep. Luana Costa (PSC-MA), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2018 da CAPADR

PL 10079/2018 – JERÔNIMO GOERGEN

Autoriza a concessão de subvenção econômica a empresas cerealistas, em operações de financiamento, contratadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para investimentos em obras civis e na aquisição de máquinas e equipamentos necessários à construção de armazéns e à expansão da capacidade de armazenagem de grãos.

Parecer do Relator, Dep. Zé Silva (SD-MG), pela aprovação, com emenda.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC

PDC 359/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Curitiba, situado no Município de Iramaia, Estado da Bahia.

Parecer do Relator, Dep. Alberto Fraga (DEM-DF), pela aprovação.

PDC 361/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.

Parecer do Relator, Dep. Luís Carlos Heinze (PP-RS), pela aprovação.

PDC 363/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará".

Parecer do Relator, Dep. Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), pela aprovação.

PDC 364/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Marfim e Maratoan, situado no Município de Lago Verde, Estado do Maranhão".

Parecer do Relator, Dep. Zé Carlos (PT-MA), pela rejeição.

PDC 369/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Vera Cruz/Primavera, situado no Município de Carmolândia, Estado de Tocantins".

Parecer do Relator, Dep. Lázaro Botelho (PP-TO), pela rejeição.

PDC 370/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Caldeirão, Data São Gonçalo, situado no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão".

Parecer do Relator, Dep. Zé Carlos (PT-MA), pela rejeição.

PDC 371/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conjunto Serro Azul, situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia".

Parecer do Relator, Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pela aprovação.

PDC 372/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Ambrósio ou Moreira, situado no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais".

Parecer do Relator, Dep. Alceu Moreira (PMDB-RS), pela aprovação.

PDC 375/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Riacho do Mato, situado no Município de São João D'Aliança, Estado de Goiás".

Parecer do Relator, Dep. Roberto Balestra (PP-GO), pela aprovação.

PDC 376/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Barra, situado no Município de Adustina, Estado da Bahia".

Parecer do Relator, Dep. Nelson Marquzelli (PTB-SP), pela aprovação.

PDC 378/2016 - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Padre Cicero/Conquista, situado no Município de Açailândia, Estado do Maranhão.

Parecer do Relator, Dep. Zé Carlos (PT-MA), pela rejeição.

PDC 635/2017 - JOSUÉ BENGTON

Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 19 de abril de 2007, sem número, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apyterewa, localizada no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará.

Parecer do Relator, Dep. Roberto Balestra (PP-GO), pela aprovação.

PDC 911/2018 - COVATTI FILHO

Susta o art. 11 e o § 2º do art. 16 do Decreto nº 3.855, de 3 de julho de 2001.

Parecer do Relator, Dep. Sergio Souza (MDB-PR), pela aprovação.

PDC 1041/2018 - SERGIO SOUZA

Susta o despacho nº 2 datado de setembro de 2018 da FUNAI, publicado no DOU de 15/10/2018, seção 1, que reconhece os estudos de identificação da Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá, localizada nos municípios de Altônia, Guaíra e Terra Roxa no Estado do Paraná

Parecer do Relator, Dep. Luiz Nishimori (PR-PR), pela aprovação.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFC

PFC 93/2016 – SÉRGIO SOUZA

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para continuidade da fiscalização e controle diante das informações prestadas a esta Comissão Parlamentar pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº1717-26/2016 no sentido de: (i) requisitar informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre eventuais Fundos de Investimentos registrados naquele órgão de controle que tenham como objeto de investimentos as empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU; (ii) requisitar informações à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre eventuais investimentos realizados de forma direta ou indireta, nesta última hipótese por meio de Fundos de Investimentos, por Entidades de Previdência Complementar em proveito das empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU.

Relatório Final, Dep. Jerônimo Goergen (PP-RS), pelo arquivamento.

Aguardando Parecer

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC

PDC 358/2016 – JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.

RELATOR: DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI.

PDC 362/2016 – JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Complexo Nascimento, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe.

RELATOR: DEPUTADO AFONSO HAMM.

PDC 367/2016 – JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Bela Vista, situado no Município de Jacundá, Estado do Pará".

RELATOR: DEPUTADO ONYX LORENZONI.

PDC 374/2016 – JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Lagoa da Vaca, situado nos Municípios de Manari e Inajá, Estado de Pernambuco, e Mata Grande, Estado de Alagoas".

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA.

PDC 419/2016 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Susta a Portaria nº 566, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Justiça, que declara de posse permanente do grupo indígena Avá-Canoeiro do Araguaia a Terra Indígena TAEGO ĀWA, localizada no estado de Tocantins.

RELATOR: DEPUTADO ALBERTO FRAGA.

PDC 840/2017 – MARCO MAIA

Susta o art. 6º do Decreto nº 80.583, de 20 de outubro de 1977, que dispõe sobre a obrigatoriedade de iodação do sal destinado à alimentação ani Susta o Decreto nº 9.186, de 1º de novembro de 2017 que dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

RELATOR: DEPUTADO ALBERTO FRAGA.

PDC 1015/2018 – LEO DE BRITO

Susta a Orientação de Serviço n.49 de 29 de junho de 2018 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que libera o processo de registro de agrotóxicos por ""analogia"".

RELATOR: DEPUTADO VALDIR COLATTO.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - PFC

PFC 90/2016 – VALDIR COLATTO

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, por extensão, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no que diz respeito à identificação, delimitação e demarcação das terras destinadas à ampliação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.

RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA.

PFC 102/2017 – MARCON

Requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos do Ministério da Agricultura no cumprimento de sua atribuição de inspeção dos produtos de origem animal no país.

RELATORA: DEPUTADA TEREZA CRISTINA.

PFC 172/2017 – ALCEU MOREIRA

Propor para Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, que o Tribunal de Contas da União adote as medidas necessária para apuração da eficácia da internalização das resoluções Grupo Mercado Comum - GMC nº 48/96, 87/96, 149/96, 156/96 e 71/98 - Mercosul.

RELATOR: DEPUTADO VALDIR COLATTO.

PROJETO DE LEI – PL

PL 10068/2018 – HIRAN GONÇALVES

Altera o Decreto-Lei 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para disciplinar a fiscalização sanitária de produtos de origem animal por Estados e Municípios

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO

PL 10408/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Pimentas de Qualidade.

RELATOR: DEPUTADO JONY MARCOS.

PL 10499/2018 – COVATTI FILHO

Dispõe sobre o crédito rural, Cédula de Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural.

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO.

PL 10622/2018 – JERÔNIMO GOERGEN E CARLOS MELLES

Altera a Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, para estender o alcance das medidas de estímulo à liquidação das operações contratadas no âmbito do Pronaf.

RELATOR: DEPUTADO ZÉ SILVA.

PL 10623/2018 – JERÔNIMO GOERGEN E CARLOS MELLES

Estabelece prazo para o Poder Executivo regulamentar os arts. 42 e 59 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA.

PL 10624/2018 – JERÔNIMO GOERGEN E CARLOS MELLES

Cria o Programa de Regularização de Dívidas Rurais Não-Bancárias.

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO.

PL 10703/2018 – NILSON LEITÃO

Altera a Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para disciplinar a pesca esportiva.

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA.

PL 10717/2018 – HEITOR SCHUCH

Proíbe o corte de espécimes nativos da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e institui a política de conservação, pesquisa e melhoramento genético de suas árvores matrizes.

RELATOR: DEPUTADO AFONSO HAMM.

PL 10879/2018 – ADILTON SACHETTI

Institui a Política Nacional de Incentivo à Agricultura de Precisão.

RELATORA: DEPUTADA TEREZA CRISTINA.

PL 10882/2018 – CESAR SOUZA

Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para instituir o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica e criar o selo de comprovação da conformidade orgânica do produto alimentício e definir o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento das normas regulamentadas para a produção orgânica nos estabelecimentos produtores registrados.

RELATOR: DEPUTADO DIEGO GARCIA.

PL 11002/2018 – AUGUSTO CARVALHO

Acrescenta parágrafo ao art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, para excepcionalizar a cobrança do salário-educação.

RELATOR: DEPUTADO DIEGO GARCIA.

PL 3723/2008 – PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal.

RELATOR: DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO.

PL 1587/2011 – ZÉ SILVA

Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA.

PL 2123/2011 – ALFREDO KAEFER

Altera o art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, restabelecendo exclusão, da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física, das receitas que especifica.

RELATOR: DEPUTADO DIEGO GARCIA.

PL 3778/2012 – IRACEMA PORTELLA

Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura".

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO.

PL 5191/2013 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA
Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.
RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA.

PL 7576/2014 – CARLOS BEZERRA
Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, para estabelecer a obrigatoriedade de informação das condições que especifica ao consumidor de produtos orgânicos.
RELATOR: DEPUTADO JOÃO DANIEL.

PL 206/2015 – POMPEO DE MATTOS
Proíbe a fabricação, comercialização e utilização, em todo o Território Nacional, de redes de pesca, com malha inferior a 05 e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO BETO FARO.

PL 1655/2015 – CARLOS MELLES
Autoriza a destinação de parte dos recursos do Funcafé para a participação em fundo garantidor de risco de crédito para cafeicultores e suas cooperativas.
RELATOR: DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO.

PL 1670/2015 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA
Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional; estabelece sanções administrativas e penais; altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009; e dá outras providências.
RELATOR: DEPUTADO VALDIR COLATTO.

PL 3428/2015 – JÚLIO LOPES
Altera a Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), no que trata do Usucapião Administrativo.
RELATOR: DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO.

PL 4547/2016 – RÔMULO GOUVEIA
Regula a importação de carnes e derivados.
RELATOR: DEPUTADO ASSIS DO COUTO

PL 5843/2016 – LUCIO MOSQUINI

Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO SÉRGIO SOUZA.

PL 7155/2017 – COVATTI FILHO

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 2017.

RELATOR: DEPUTADO LUIZ NISHIMORI.

PL 7266/2017 – ZECA DO PT

Altera a Lei nº 9.393, de 1996, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE

PL 7734/2017 – PODER EXECUTIVO

Altera a Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural e a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

RELATORA: DEPUTADA TEREZA CRISTINA.

PL 7779/2017 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR FATOS RELATIVOS À FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E AO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NOS TERMOS QUE ESPECIFICA

Altera o Código Penal para tipificar expressamente a transmissão irregular de lotes da Reforma Agrária.

RELATOR: DEPUTADO CELSO MALDANER.

PL 8926/2017 – LUÍS CARLOS HEINZE

Altera o artigo 11º da lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

RELATORA: DEPUTADA TEREZA CRISTINA.

PL 9025/2017 – NILTO TATTO

Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.

RELATORA: DEPUTADA LUANA COSTA.

PL 9033/2017 – ROBERTO SALES

Dispõe sobre a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Produtos Orgânicos, cuja arrecadação será destinada a um Fundo Especial para a Agricultura Orgânica, que fornecerá financiamento subsidiado para a expansão da agricultura orgânica.

RELATOR: DEPUTADO LUIZ NISHIMORI.

PL 9050/2017 – PAULO PIMENTA

Altera a Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para destinar preferencialmente à reforma agrária os imóveis rurais perdidos em favor da União, em razão da prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira.

RELATORA: DEPUTADA SÉRGIO SOUZA.

PL 9136/2017 – ZÉ GERALDO

Altera o Art. 72, da Lei nº 9.605, de 1998, e dá outras providências.

RELATORA: DEPUTADA TEREZA CRISTINA.

PL 9464/2018 – RICARDO TRIPOLI

Dispõe sobre a exportação de gado vivo e dá outras providências.

RELATORA: DEPUTADA MARCOS MONTES.

PL 9481/2018 – JOÃO DANIEL

Altera o Art. 19, da Lei nº 10.696, de 2003, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO CELSO MALDANER.

PL 9759/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Qualidade de Vinhos e Produtos Derivados da Viticultura.

RELATOR: DEPUTADO AFONSO HAMM.

PL 9793/2018 – REGINALDO LOPES

Altera a Lei 12669/2012 para promover garantias mínimas ao produtor de leite nacional.

RELATOR: DEPUTADO ZÉ SILVA.

PL 9843/2018 – ANDRÉ AMARAL

Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, para dispor sobre a fiscalização do crédito rural associado à assistência técnica e econômica.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR- PLP

PLP 356/2017 – ZÉ SILVA

Altera a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, para dispor sobre o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural e repasse de parte dos recursos do FUNRURAL para a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER.

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO.

PLP 496/2018 – HEULER CRUVINEL

Dispõem sobre a regulamentação da cobrança das taxas de juros nas operações de crédito à produtores rurais e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO AFONSO HAMM.

AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DE RELATOR

PROJETO DE LEI – PL

PL 8891/2017 – ONYX LORENZONI

Altera a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, para isentar da incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) o vinho colonial produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural de acordo com as características culturais, históricas e sociais da vitivinicultura da agricultura familiar, na forma definida pela Lei nº 12.959, de 19 de março de 2014.

PL 9281/2017 – SENADO FEDERAL – ROBERTO MUNIZ

Disciplina o repasse de recursos federais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para apoio às ações de defesa agropecuária.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - PFC

PFC 61/2011 – Luís Carlos Heinze

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País.

PFC 39/2015 – Sérgio Souza

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificar, nos 10 últimos anos, se o volume de valores arrecadados com a cobrança da taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante-AFRMM a sua aplicação através do Fundo da Marinha Mercante-FMM, atendem o objetivo da legislação pertinente, face a falta da transparência de como os recursos são arrecadados e aplicados.

REQUERIMENTOS

APROVADOS E IMPLEMENTADOS

REQ 527/2018 – HEITOR SCHUCH

Solicita a realização de audiência pública para tratar do Censo Agropecuário 2017 com enfoque prioritário sobre os dados coletados da agricultura familiar.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 528/2018 – VALDIR COLATTO

Requeiro que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater os problemas da Cadeia Produtiva do Alho.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 534/2018 – BOHN GASS

Requer realização de Encontro da CAPADR no Município de Lajeado/RS para tratar dos problemas enfrentados pelos Produtores de Leite.

APROVADO EM 11/04/18.

REQ 535/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater os impactos da importação de cebola e alho na produção nacional, a fim de buscar soluções e discutir políticas públicas para o setor.

APROVADO EM 11/04/18.

REQ 536/2018 – ARNALDO JARDIM

Requer que seja constituída Comissão representativa da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018, a realizar-se de 30 de abril e 4 de maio de 2018, em Ribeirão Preto/SP.

APROVADO EM 11/04/18.

REQ 537/2018 – VALDIR COLATTO

Requeremos que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater o Conflito Fundiário na Região de Coaceral, em Formosa do Rio Preto-Bahia.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 538/2018 – RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Requer a realização de Seminário, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para debater a revitalização da produção nacional do caju.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 539/2018 – ALCEU MOREIRA

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, para debater a posição do Brasil na COP 8, bem como a situação atual da cadeia produtiva do tabaco.

Aprovado em 18/04/18.

REQ 543/2018 – DOMINGOS SÁVIO

Requer que a comissão encaminhe à direção da Caixa Econômica Federal solicitação para que seja aberta renegociação de dívidas agrícolas com a prorrogação de prazos de vencimento em razão da grave crise que afeta o setor.

Aprovado em 18/04/18.

REQ 547/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância da cultura do coco e em especial os impactos da importação dos derivados desta fruta, sobre este setor produtivo, bem como discutir políticas públicas específicas para o setor.

Aprovado em 25/04/18.

REQ 548/2018 – ZÉ SILVA

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para discutir a situação da BR 367 nos trechos: Ijicatu a Virgem da Lapa; Salto da Divisa - Jacinto - Almenara; Minas Novas - Virgem da Lapa, no Estado de Minas Gerais.

Aprovado em 25/04/18.

REQ 551/2018 – ALCEU MOREIRA

Requeiro a inclusão de convidados na audiência pública aprovada através do requerimento 539/2018, nesta comissão, para debater a respeito da Conferência das Partes 8 (COP8) da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) que acontecerá em Genebra, Suíça.

Aprovado em 16/05/18.

REQ 554/2018 – HEITOR SCHUCH

Requer a inclusão de convidado ao REQ 527/2018, que propõe a realização de Audiência Pública para tratar do Censo Agropecuário 2017 com enfoque prioritário sobre os dados coletados da agricultura familiar.

Aprovado em 16/05/18.

REQ 556/2018 – RAIMUNDO GOMES DE MATOS

Requer a realização de Seminário, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, para debater a revitalização da produção nacional do caju.

Aprovado em 23/05/18.

REQ 558/2018 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir o aumento dos preços dos combustíveis e carga tributária incidente e o impacto no agronegócio.

Aprovado em 23/05/18.

REQ 561/2018 – LUÍS CARLOS HEINZE

Solicita audiência com o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE sobre a fusão das multinacionais Bayer/Monsanto.

Aprovado em 06/06/18.

REQ 564/2018 – ALCEU MOREIRA

Requeiro, nos termos regimentais, que sejam realizados encontros desta Comissão, em Santa Cruz do Sul/RS e Canguçu/RS, em datas a serem definidas, para debater o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aos produtores de tabaco.

Aprovado em 06/06/18.

REQ 565/2018 – ALCEU MOREIRA

Solicita audiência com os membros participantes da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) para debater Conferência das Partes 8 (COP8).

Aprovado em 04/07/18.

REQ 567/2018 – LUÍS CARLOS HEINZE

Requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Minas e Energia (CME), para discutir a comercialização de combustíveis no Brasil.

Aprovado em 04/07/18.

REQ 568/2018 – ROBERTO BALESTRA

Requer realização de audiência pública para debater o "Crédito Fundiário".

Aprovado em 04/07/18.

REQ 571/2018 – MARCON

Requer a realização de Seminário no município de Canguçu/RS para debater a grave estiagem enfrentada pela região do Pampa Gaúcho - região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir a MP 842/2018 que retira a possibilidade da realização de rebates dos contratos PRONAF.

Aprovado em 11/07/18.

REQ 578/2018 – ADILTON SACHETTI

Requeiro a inclusão de Convidados na Audiência Pública aprovada através do Requerimento 537/2018, nesta Comissão, para debater o Conflito Fundiário na Região de Coaceral, em Formosa do Rio Preto-Bahia.

Aprovado em 21/11/18.

REQ 579/2018 – DOMINGOS SÁVIO

Requer o encaminhado de Ofícios ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, solicitando providências para identificação de origem e destinação final de leite em pó e derivados do leite importados.

Aprovado em 21/11/18.

APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS

REQ 525/2018 – DILCEU SPERAFICO

Requer o envio de convite para realização de audiência pública ao Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para prestar informações sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2018.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 530/2018 – ALCEU MOREIRA

Requer a realização de encontro desta Comissão no Anta Gorda/RS, durante a 7ª FESTLEITE, para debater a cadeia produtiva do leite.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 531/2018 – MARCON

Requer a realização de um Encontro para debater as providências e medidas adotadas pelos Governos Federal e do Rio Grande do Sul, no caso da grave crise enfrentada pela cadeia produtiva do leite no referido Estado.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 532/2018 – ZÉ SILVA

Requer que seja realizada reunião de Mesa Redonda em Montes Claros-MG, para discutir as dívidas rurais, a sanção e os vetos aos dispositivos da lei nº 13.606/18.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 533/2018 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de audiência pública para debater a dependência do Brasil em fertilizantes e os seus riscos para a segurança nacional.

Aprovado em 11/04/18.

REQ 541/2018 – AFONSO HAMM

Requer a realização de encontro da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, para debater sobre a tributação dos vinhos e espumantes com base no Simples Nacional - Lei Complementar Nº 123 de 2006, estabelecer estratégias para redução da carga tributária (ST-ICMS, IPI e outros), políticas creditivas para a vitivinicultura, seguro rural, PROAGRO e as alterações na Lei do Vinho nº 7.678, de 8 de novembro de 1988.

Aprovado em 18/04/18.

REQ 542/2018 – MARCON

Requer a realização de Audiência Pública para debater as providencias e medidas adotadas pelos Governos Federal e Estadual, no caso da grave estiagem enfrentada pela região do Pampa Gaúcho - região Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 18/04/18.

REQ 544/2018 – ASSIS DO COUTO

Requer a realização de audiência pública, com a presença do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, para debater a respeito da esperada imposição, pela União Europeia, de embargo definitivo à importação de carne de frango da BRF e de outras empresas.

Aprovado em 18/04/18.

REQ 546/2018 – HEITOR SCHUCH

Solicita a realização de audiência pública para tratar do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Aprovado em 25/04/18.

REQ 549/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater a importância cultural dos queijos artesanais para o Brasil.

Aprovado em 25/04/18.

REQ 552/2018 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para prestar esclarecimento acerca das manifestações do Sr. Ivandrê Silva, Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF - em reunião no dia 23/04/2018.

Aprovado em 16/05/18.

REQ 553/2018 – MARCON

Requer realização de audiência pública para debater o Plano Safra da Agricultura Familiar.

Aprovado em 16/05/18.

REQ 555/2018 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário no Território do Alto Sertão para debater o papel do Estado e das Instituições de Ensino no Desenvolvimento Regional Sustentável.

Aprovado em 23/05/18

REQ 559/2018 – MARCON

Requer a realização de Audiência Pública para que se tenha esclarecimentos dos motivos pelos quais os agentes financeiros não estão operacionalizando as renegociações/liquidações de dívidas previstas na Lei 13.606/2018.

Aprovado em 23/05/18

REQ 562/2018 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário em Sergipe para debater o zoneamento agrícola na citricultura.

Aprovado em 06/06/18

REQ 563/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer o envio de convite para realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao Sr. Blairo Maggi, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para prestar informações sobre as prioridades da Pasta para o ano de 2018 e, ainda, sobre o possível embargo da União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne de frango.

Aprovado em 06/06/2018.

REQ 566/2018 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário, a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, para discutir o funcionamento e as perspectivas de mercado e renda das casas de farinha nos municípios de Lagarto, Campo do Brito e São Domingos.

Aprovado em 04/07/2018.

REQ 569/2018 – MARCON

Requer a realização de Seminário na região oeste do Estado de Santa Catarina, para debater a situação das agroindústrias

Aprovado em 11/07/18.

REQ 570/2018 – ONYX LORENZONI

Solicita realização de Audiência Pública para debater a proliferação, em território nacional, do javali e do produto de seu cruzamento com o porco doméstico, denominado "javaporco", seus reflexos na produção primária, no meio ambiente e na qualidade de vida das populações e a legislação que regulamenta o seu abate.

Aprovado em 11/07/18.

REQ 572/2018 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir a revisão dos critérios do zoneamento agrícola da soja na safra de 2018/2019.

Aprovado em 31/10/18.

REQ 573/2018 – EVAIR VIEIRA DE MELO

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 10.499/2018, que dispõe sobre Crédito Rural, Nota Promissória Rural e Duplicata Rural.

Aprovado em 31/10/18.

REQ 574/2018 – JERÔNIMO GOERGEN

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, para discutir suspensão do registro de todos os produtos que utilizam ingredientes ativos glifosato, abamectina e tiram.

Aprovado em 31/10/18.

REQ 575/2018 – JOÃO DANIEL

Requer a realização de Seminário no Estado de Sergipe para discutir a estiagem e as ações do poder público para minimizar os efeitos.

Aprovado em 31/10/18.

REQ 576/2018 – HEITOR SCHUCH

Requer realização de Seminário no Estado do Rio Grande do Sul para debater as "Dificuldades para a expansão do mercado consumidor nacional e internacional dos produtos derivados da erva-mate".

Aprovado em 31/10/18.

REQ 577/2018 – SÉRGIO SOUZA

Requer a realização de Audiência Pública conjunta da CAPADR para discutir e avaliar as Contribuições Nacionalmente Determinada - NDC com ênfase nas atividades agropecuárias.

Aprovado em 31/10/18.

REUNIÕES

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Tema: Discutir a situação da BR 367 nos trechos: Ijicatu a Virgem da Lapa; Salto da Divisa - Jacinto - Almenara; Minas Novas - Virgem da Lapa, no Estado de Minas Gerais.

Data: 10/05/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Luiz Antônio Ehret Garcia - Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, representando o Ministro dos Transportes;

Fábio Pessoa da Silva Nunes - Coordenador-Geral de Manutenção e Restauração Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);

Dr. Jean Freire - Deputado Estadual em Minas Gerais.

Autor do Requerimento nº **548/2018**: Deputado Zé Silva - SD/MG.

Tema: Debater os impactos da importação de cebola e alho na produção nacional, a fim de buscar soluções e discutir políticas públicas para o setor.

Data: 17/05/2018

Local: Plenário 1 do Anexo II

Convidados

Gustavo Cupertino Domingues - Diretor do Departamento de Acesso a Mercados e Competitividade - DAMC / SRI / MAPA;

Fábio Florêncio Fernandes - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - DIPOV / SDA / MAPA;

Clóvis Volpe - Diretor Jurídico da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA);

Marcus Vinicius Vidal Pontes - Subsecretário de Administração Aduaneira, da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;
José Eduardo Brandão Costa - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Fruticultura da CNA;
Henrique Trocoli Jr. - Consultor Jurídico do MDIC;
Adriano Macedo Ramos - Diretor Substituto do Departamento de Defesa Comercial do MDIC;
João Paulo Lawall - Subprocurador-Regional da 1ª Região, da Procuradoria-Geral da União;
Rafael Corcino - Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho e da Associação Nacional de Produtores de Cebola.

Autor do Requerimento nº **528/2018**: Deputado Valdir Colatto - MDB/SC.

Autores do Requerimento nº **535/2018**: Deputados Evair Vieira de Melo - PP/ES e Heitor Schuch - PSB/RS.

Tema: Debater a posição do Brasil na COP 8, bem como a situação atual da cadeia produtiva do tabaco.

Data: 22/05/2018

Local: Auditório Freitas Nobre

Convidados

Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo - Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Cereais e Frutas, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Eduardo Nobre - Analista de Comércio Exterior da Coordenação Geral do Agronegócio do Ministério da Indústria e Comércio Exterior - MDIC;

Vinicius Gaze - Coordenador-Geral de Saúde e Biotecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTCI;

Fábio Donato Soares Larotonda - Diretor de Políticas e Programas de Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC;

Marise Ribeiro Nogueira - Chefe da Divisão de Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores - MRE;

Ney Artur Gonçalves Canani - Chefe da Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho - MT;

Larissa Sebalhos - Coordenadora de Prevenção da Secretaria Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça - MJ;

Tania Cavalcanti - Secretária Executiva da CONICQ - Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, representando o Ministério da Saúde - MS;

Ricardo Dutra Reis - Coordenador-Geral de Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria Especial de Agricultura Familiar - SEAD;

Patrícia Francisco Branco - Gerente-geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, derivados ou não do Tabaco, da ANVISA;

Benício Albano Wener - Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA;

Romeu Schneider - Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco;

Carlos Galant - Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO;

Iro Schünke - Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SINDITABACO.

Autor dos Requerimentos nº 539/2018 e nº 551/2018: Deputado Alceu Moreira - MDB/RS.

Tema: Tratar do Censo Agropecuário 2017 com enfoque prioritário sobre os dados coletados da agricultura familiar.

Data: 24/05/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Antônio Florido - Coordenador do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

Antoninho Rovaris - Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG;

Daniela Bittencourt - Coordenadora do Programa de Agricultura Familiar da Embrapa;

Dr. Mauro Eduardo Del Grossi - Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UnB e integrante do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios - PROPAGA.

Autor dos Requerimentos nº 527/2018 e nº 554/2018: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS.

Tema: Discussão sobre o aumento dos preços dos combustíveis, a carga tributária incidente e os impactos no agronegócio.

Data: 12/06/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Luiz Fayet - Consultor da área de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Ariel Mendes - Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA;

José Fernando Bello - Presidente-Executivo do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil - CICB;

Daniel Furlan Amaral - Gerente de Economia da Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais;

Lauro Valdivia - Assessor Técnico da NTC representando a FETRANSUL - Federação das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Rio Grande do Sul.

Autor do Requerimento nº **558/2018**: Deputado Jerônimo Goergen - PP/RS.

Tema: Debater mecanismos de comercialização direta de etanol hidratado no País.

Data: 11/07/2018

Local: Plenário 14 do Anexo II

Participação:

Comissão de Minas e Energia - CME

Convidados

Deputado JHC - Terceiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados e autor do PDC 916/2018;

Décio Fabrício Oddone - Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

Plínio Nastari - Representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Energética - CNPE;

Fernando Mombelli - Coordenador-Geral de Tributação da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

Elizabeth Farina - Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA;
Sérgio Massillon - Diretor Institucional da Associação das Distribuidoras de Combustíveis - BRASILCOM;
Leonardo Gadotti - Presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e conveniência - PLURAL.
Paulo Miranda Soares - Presidente da Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes - FECOMBUSTÍVEIS; e
André Luiz Baptista Lins Rocha - Presidente do Fórum Nacional Sucroenergético

Autores do Requerimento nº **207/2018** - CME: Deputados Marcelo Squassoni - PRB/SP, Simão Sessim - PP/RJ, Arnaldo Jardim - PPS/SP e Joaquim Passarinho - PSD/PA.

Autor do Requerimento nº **567/2018** – CAPADR: Deputado Luís Carlos Heinze - PP/RS.

Tema: Debater a importância da cultura do coco e em especial os impactos da importação dos derivados desta fruta, sobre este setor produtivo, bem como discutir políticas públicas específicas para o setor.

Data: 04/09/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Marco Tulio Santiago - Auditor Fiscal da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira - Coordenadora-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

Francisco de Paula Domingues Porto - Presidente do Sindicato Nacional dos Produtores de Coco do Brasil - SINDCOCO;

Reinaldo Ribeiro do Nascimento - Presidente da Associação Baiana dos Produtores de Coco - ASBACOCO;

Renato Moreira - Engenheiro agrônomo e Agente de Desenvolvimento da Cadeia do Coco;

Bruno Almeida Brandão - Presidente da Associação dos Produtores de coco de Alagoas - PROCOCO.

Autor dos Requerimentos nº **547/18** e nº **557/18** - Deputado Evair Vieira de Melo - PP/ES.

Tema: Debater o Crédito Fundiário.

Data: 07/11/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Marina Zimmermann - Assessora-técnica da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Pedro Henrique Vianna - Subsecretário de Reordenamento Agrário Substituto da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAD;

Ana Amélia de Carvalho Palmeira - Gerente de Soluções da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S/A - BB;

Ivandré Montiel - Secretário Adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda - MF;

Leonardo Góes Silva - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Elias D'Angelo Borges - Secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;

Cláudio Filgueiras Pacheco Moreira - Chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações de Crédito e do Proagro, do Banco Central do Brasil - BC.

Autor do Requerimento nº **568/2018**: Deputado Roberto Balestra - PP/GO.

Tema: Conflito Fundiário em Formosa do Rio Preto - BA.

Data: 04/12/2018

Local: Plenário 6 do Anexo II

Convidados

Leonardo Góes Silva - Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

Victor Fernandes - Coordenador de Ação Fundiária da Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia;

Giuseppe Vieira - Superintendente Regional do INCRA no Estado da Bahia;

Luiz Antonio Pradella - 1º Vice-Presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - AIBA;

Paulo Carneiro - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio;

Guilherme Serpa da Luz - Advogado e procurador de José Valter Dias;

Vicente Okamoto - fundador da Coaceral.

Autores do Requerimento nº **537/18**: Deputados Valdir Colatto - MDB/SC e Osmar Serraglio - PP/PR;

Autor do Requerimento nº **578/18**: Deputado Adilton Sachetti - PRB/MT.

OUTROS EVENTOS

Tema: Tratar dos problemas enfrentados pelos produtores de leite.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Lajeado/RS.

Data: 23/04/2018

Local: Câmara de Vereadores do Município de Lajeado/RS.

Convidados:

Deputado Federal Bohn Gass;

Roberto Lucena - Auditor Fiscal Federal Agropecuário, da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento agropecuário DPDAG – SFA/RS;

Representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

Representante da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Rio Grande do Sul;

Representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Vale do Taquari – Codevat;

Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG/RS;

Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; e

Prefeitos e vereadores da região.

Autor do Requerimento nº **534/2018**: Deputado Bohn Gass - PT/RS.

Tema: 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

EVENTO COMEMORATIVO dos 45 anos da Embrapa.

Data: 24/04/2018 a 27/04/2018

Local: Espaço Mário Covas

Convidados:

Aberto aos parlamentares e demais públicos.

Tema: Debater a cadeia produtiva do leite.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Anta Gorda/RS.

Data: 27/04/2018

Local: Sociedade Cultural e Recreativa Carlos Gomes, município de Anta Gorda/RS.

Convidados:

Airton Spies - Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina;

Deputados da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Subcomissão do Leite;

Representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

Indústrias e produtores;

Sistema Estadual de Avaliação Participativa – SEAP/RS;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FetagRS; e

Entidades representativas do setor leiteiro.

Autor do Requerimento nº **530/18**: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS.

Tema: 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018.

COMISSÃO REPRESENTATIVA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ribeirão Preto - SP.

Data: 30/04/2018

Local: Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321, Ribeirão Preto - SP.

Participantes

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Autor do Requerimento nº **536/18**: Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP.

Tema: 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018.

COMISSÃO REPRESENTATIVA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ribeirão Preto - SP.

Data: 01/05/2018

Local: Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321, Ribeirão Preto – SP.

Participantes

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Autor do Requerimento nº **536/18**: Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP.

Tema: 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018.

COMISSÃO REPRESENTATIVA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ribeirão Preto - SP.

Data: 02/05/2018

Local: Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321, Ribeirão Preto – SP.

Participantes

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Autor do Requerimento nº **536/18**: Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP.

Tema: 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018.

COMISSÃO REPRESENTATIVA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ribeirão Preto - SP.

Data: 03/05/2018

Local: Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321, Ribeirão Preto – SP.

Participantes

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Autor do Requerimento nº **536/18**: Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP.

Tema: 25ª Feira Internacional de Tecnologia Agrícola - Agrishow 2018.

COMISSÃO REPRESENTATIVA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Ribeirão Preto - SP.

Data: 04/05/2018

Local: Rodovia Prefeito Antônio Duarte Nogueira, Km 321, Ribeirão Preto – SP.

Participantes

Deputados membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Autor do Requerimento nº **536/18**: Deputado Arnaldo Jardim - PPS/SP.

Tema: As perspectivas e as demandas do agronegócio para o ano de 2018.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 15/05/2018

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Convidados:

Dep. Roberto Balestra - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - ASPAR/MAPA;
Assessoria do Ministério da Fazenda;
Frente Parlamentar da Agricultura - FPA;
CNA Brasil - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras;
Assessoria do Banco Central do Brasil - Bacen; e
Assessoria do Banco do Brasil.

Tema: Reunião para definir medidas a serem tomadas pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em relação à questão da alta dos combustíveis

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 23/05/2018

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Convidados:

Dep. Roberto Balestra - Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;

Deputado Federal Valdir Colatto;

Deputado Federal Afonso Hamm;

Deputado Federal Jerônimo Goergen;

Deputado Federal Lúcio Mosquini;

Deputado Federal Alceu Moreira;

Deputado Federal Evair Vieira de Melo;

Deputado Federal Junji Abe;

Deputado Federal Nilson Leitão;

Deputado Federal Adilton Sachetti;

Deputado Federal Luís Carlos Heinze
Assessoria do Ministério da Fazenda;
Frente Parlamentar da Agricultura - FPA;
CNA Brasil - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil;
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras;

Tema: Ato Solene de Inauguração da Sala Moacir Micheletto.

INAUGURAÇÃO da Sala Moacir Micheletto

Data: 23/05/2018

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Agricultura.

Convidados

Marcel Micheletto - Prefeito de Assis Chateaubriand, representando a família do Deputado Moacir Micheletto;

Deputados Federais e Senadores;

Duarte Nogueira - Prefeito de Ribeirão Preto;

Aldo Rebelo - ex-Deputado, relator do projeto de lei que instituiu o Código Florestal;

Lideranças políticas do estado do Paraná.

Autores do Projeto de Resolução nº **105/2012** - Deputados Duarte Nogueira (PSDB/SP) e Luis Carlos Heinze (PP/RS).

Tema: Debater sobre a tributação dos vinhos e espumantes com base no Simples Nacional - Lei Complementar Nº 123 de 2006, estabelecer estratégias para redução da carga tributária (ST-ICMS, IPI e outros), políticas creditivas para a vitivinicultura, seguro rural, PROAGRO e as alterações na Lei do Vinho nº 7.678, de 8 de novembro de 1988.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Bento Gonçalves/RS

Data: 24/05/2018

Local: Auditório do Instituto Federal Campus Bento Gonçalves.

Convidados

Cláudia Citolin - representando o Diretor-Presidente do Sebrae Nacional *Guilherme Afif Domingos*;

Feliciano Almeida - representando o Diretor-Presidente do Sebrae Nacional *Guilherme Afif Domingos*; e

Cedenir Postal - Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul e Santa Tereza;

Autor do Requerimento nº **564/2018**: Deputado Alceu Moreira - MDB/RS.

Tema: Esclarecimentos quanto à orientação da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF para os agentes financeiros em relação à implementação das medidas de liquidação e/ou renegociação de que dispõe a Lei 13.606/18.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 06/06/2018

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 3º andar, gabinete da SPE.

Convidados:

Ivandré Montiel da Silva - Secretário-Adjunto de Política Agrícola e Meio Ambiente, do Ministério da Fazenda - SPE/MF; e

Membros da Comissão.

Tema: Discutir a situação atual das negociações do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Européia.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 13/06/2018

Local: Sala Moacir Micheletto na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Convidados:

Senador Aluizio Nunes - Ministro de Estado das Relações Exteriores - MRE;
Deputado Federal Alceu Moreira – MDB/RS;
Deputado Federal Nilson Leitão – PSDB/MT;
Deputado Federal Jerônimo Goergen –PP/RS;
Representante da Associação das Empresas de Biotecnologia na Agricultura e Agroindústria – Agrobio;
Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB;
Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA;
Representante da Associação Brasileira da Indústria do Fumo – Abifumo; e
Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – Abiec.

Tema: Debater a revitalização da produção nacional de caju.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no 1º Seminário de Cajucultura do Nordeste.

Data: 14/06/2018

Local: Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, Fortaleza-CE.

Convidados

Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo - Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Cereais e Frutas - CGCF/DCA da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Evaldo da Silva Junior - Diretor Comercial da Cooperação Internacional de Investimento Estrangeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

José Rubens Dutra Mota - Gestor de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste;

João Nicélio Nogueira - Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil no Ceará - OCB;

Lucas Antonio de Sousa Leite - Chefe-geral da Embrapa Agroindústria Tropical;

José Ismar Girão Parente - 1º Secretário da Câmara Setorial da Cajucultura do Ceará;

José Ocelo Rocha Campos Júnior - Superintendente Regional Substituto da 7ª/SR da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf/PI;

Maria Luisa Silva Rufino - Superintendente Federal da Agricultura no Ceará SFA/CE;

Flávio Viriato de Saboya Neto - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC, representando também a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Euivaldo Moreira Lima - representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - Sagrama/MA;

Autor dos Requerimentos nº 538/2018 e nº 556/2018 - Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE.

Tema: Debater a revitalização da produção nacional de caju.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no 1º Seminário de Cajucultura do Nordeste.

Data: 15/06/2018

Local: Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC, Fortaleza-CE.

Convidados

Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo - Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Cereais e Frutas - CGCF/DCA da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

Evaldo da Silva Junior - Diretor Comercial da Cooperação Internacional de Investimento Estrangeiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

José Rubens Dutra Mota - Gestor de Políticas de Desenvolvimento do Banco do Nordeste;

João Nicélio Nogueira - Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil no Ceará - OCB;

Lucas Antonio de Sousa Leite - Chefe-geral da Embrapa Agroindústria Tropical;

José Ismar Girão Parente - 1º Secretário da Câmara Setorial da Cajucultura do Ceará;

José Ocelo Rocha Campos Júnior - Superintendente Regional Substituto da 7ª/SR da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf/PI;

Maria Luisa Silva Rufino - Superintendente Federal da Agricultura no Ceará SFA/CE;

Flávio Viriato de Saboya Neto - Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará - FAEC, representando também a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Eudivaldo Moreira Lima - representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca - Sagrama/MA;

Autor dos Requerimentos nº **538/2018** e nº **556/2018** - Deputado Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE.

Tema: Discutir sobre a implementação da Lei nº 13.606/2018 e seus efeitos no Pronaf.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Data: 19/06/2018

Local: Sala de Reuniões Moacir Micheletto - Presidência da CAPADR, Anexo II, Ala C, T-34.

Convidados:

Representante do Ministério da Fazenda;

Representante da Contag;

Representante da Fetraf;

Representante da Via Campesina; e

Membros da CAPADR.

Tema: Tratar sobre a fusão das multinacionais Bayer/Monsanto.

REUNIÃO TÉCNICA da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural com o Presidente do CADE.

Data: 20/06/2018

Local: Sede do CADE - Brasília/DF.

Convidados

Dr. Alexandre Barreto de Souza – Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE;

Deputados membros da CAPADR.

Autor do Requerimento nº **561/2018**: Deputado Luís Carlos Heinze - PP/RS.

Tema: Debater o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) aos Produtores de TABACO.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Canguçu/RS.

Data: 12/07/2018

Local: Ginásio do Herval, 2º Distrito, Canguçu/RS.

Convidados:

Marco Antônio Dornelles - Vice-Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil – Afubra

Autor do Requerimento nº **564/2018**: Deputado Alceu Moreira - MDB/RS.

Tema: A grave estiagem enfrentada pela região do Pamoá Gaúcho - região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, bem como discutir a MP 842/2018 que retira a possibilidade da realização de rebates dos contratos PRONAF.

SEMINÁRIO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Canguçu/RS.

Data: 03/08/2018

Local: Cine Teatro Municipal 27 de junho, Prof. Joaquim Bento, em Canguçu/RS.

Convidados:

Prefeitura de Canguçu;

Câmara de Vereadores de Canguçu;

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF;

Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA;

Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST;
Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG;
Quilombolas;
Movimento dos Pescadores;
Associação dos Municípios da Costa Doce do Rio Grande do Sul - ACOSTADOCE;
Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental dos Municípios da Bacia do Rio Jaguarão - CIDEJA;
Associação dos Municípios da Zona Sul - AZONASUL;
Fórum da Lagoa dos Patos do Rio Grande do Sul.

Autor do Requerimento nº **571/2018**: Deputado Marcon - PT/RS.

Tema: Debater o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aos produtores de tabaco.

ENCONTRO da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural em Santa Cruz do Sul - RS.

Data: 10/09/2018

Local: Parque da Oktoberfest, Pavilhão Central, R. Galvão Costa, 755 - Centro, Santa Cruz do Sul/RS.

Convidados:

Marco Antônio Dorneles - Presidente em exercício da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA

Gustavo Henrique Marquim Firmo de Araújo - Coordenador-Geral Substituto de Cereais e Frutas - CGCF/DCA - MAPA;

Carlos Galant - Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO; e

Iro Schunke - Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SINDITABACO;;

Autor dos Requerimentos nº **564/2018** e nº **565/2018**: Deputado Alceu Moreira – MDB/RS.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS

Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 – PLN 2/2018

Aprovadas em 20/06/18

Emendas de Inclusão de Metas

01 – EMENTA: Fomento ao Setor Agropecuário; PROGRAMA: 2077 Agropecuária Sustentável; AÇÃO: 20ZV Fomento ao Setor Agropecuário; PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Projeto apoiado (unidade); ACRÉSCIMO DE META: 50.000;

Justificativa: Acompanhamento e Promoção da Tecnologia Agropecuária

Esta emenda destina-se dar Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário objetivando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações. Viabilizando ações que permitam a implantação de projetos para o aumento da produção, produtividade, melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e a sua comercialização. Através da aquisição de máquinas como: trator e patrulhas mecanizadas, patrol equipamentos e implementos para atenderem serviços de recuperação de solos, preparo de áreas de plantio, terraços, tratos culturais, colheita, construção, recuperação e conservação de estradas vicinais, dragagem, obras de drenagem e irrigação. Contribuindo assim para o avanço da capacidade produtiva e gerencial dos produtores e ampliação dos mercados interno e externo, por meio de ações baseadas, principalmente, em concepções de sistemas integrados de produção, sustentabilidade ambiental e segurança alimentar, em busca do aumento da produção e da renda. Organização e capacitação dos agentes das cadeias produtivas agroenergéticas para o desenvolvimento sustentável, estudo das potencialidades das matérias-primas agroenergéticas, difusão de tecnologias para o desenvolvimento da produção agroenergética, apoio à organização dos produtores rurais em associações e em cooperativas, promoção ao aproveitamento das potencialidades regionais para a produção agroenergética e cooperação internacional para a difusão da agroenergia.

02 – EMENTA: Segurança Alimentar - PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); PROGRAMA: 2069 Segurança Alimentar e Nutricional; AÇÃO: 2B81 Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA; PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): Agricultor familiar beneficiado (unidade); ACRÉSCIMO DE META: 1.000.000;

Justificativa: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido pioneiro no combate à fome e a pobreza. Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, o PAA é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria – BSM do Governo Federal,

intermediado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O Programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação saudável a quem se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a agricultura familiar.

Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às entidades sócio assistenciais, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A execução do programa pode ser feita por meio de seis modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o MDS e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Emendas de Texto

01 – EMENTA: Alteração do Inciso VII, do Art. 11, Capítulo III, do PLDO/2019; MODALIDADE: Comissão; TIPO DE EMENDA: Modificativa; REFERÊNCIA: Corpo da lei - Artigo 11 Inciso VII; TEXTO PROPOSTO: VII – à concessão de subvenções econômicas e subsídios, considerados os custos de fiscalização e identificada a legislação que autorizou o benefício e sua fiscalização;

Justificativa: O Decreto 5.121, de 29 de junho de 2004, estabeleceu, em seu artigo 3º, que o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR deve promover a universalização do acesso ao seguro rural, assegurando o seu papel como instrumento para a estabilidade da renda agropecuária, ao tempo em induz o uso de tecnologias adequadas e de moderna gestão nos empreendimentos agropecuários.

Para o cumprimento estrito dos dispositivos legais vigentes, esse decreto, no seu artigo 22, atribui ao Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural - CGSR, instituído pela Lei no 10.823, de 2003, competência para exercer a coordenação e a fiscalização dos recursos subvencionados.

Nesse contexto, o CGSR expediu a Resolução nº 40 que determinou a fiscalização das operações de subvenção realizadas em cada quadrimestre do ano civil no quadrimestre subsequente, considerando os critérios adotados para apuração da amostragem probalística.

Ocorre que, as sucessivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, ao preverem que as dotações para seguro rural devem constar de categoria de programação específica, impedem a alocação dos recursos para fiscalização na mesma ação orçamentária, fazendo com que as despesas correspondentes sejam

realizadas por meio de outra ação “20ZU – Redução de Riscos na Atividade Agropecuária”, o que se torna incoerente do ponto de vista programático. À vista do princípio de identificação do custo real das subvenções realizadas, há necessidade de inserir, no orçamento de 2019, Plano Orçamentário de forma a prever recursos e realizar as fiscalizações no âmbito da ação “099F – Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823 de 2003)”, específica para o PSR.

Assim, é imperioso ajustar o texto do Inciso VII, do artigo 11.

02 – EMENTA: Inclusão no Anexo III do PLDO/2019 das despesas da pesquisa agropecuária para ressalvadas de contingenciamento; MODALIDADE: Comissão; TIPO DE EMENDA: Aditiva; REFERÊNCIA: Anexo III - Item 66; TEXTO PROPOSTO: SEÇÃO III.2 – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000: 1 – Despesas com ações de Pesquisas e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA, relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;

Justificativa: As ações da EMBRAPA de Pesquisa e Desenvolvimento e de Transferência de Tecnologias do PROGRAMA 2042 – PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA, vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico em 2012 foram ressalvadas da limitação de empenho na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Entretanto, nos PLDO seguintes foi excluída a Seção III.2, que protegia uma série de ações consideradas relevantes e que estavam ressalvadas do contingenciamento, de acordo com o disposto no § 2º do art. 9º da LRF. Dentre elas estavam as ações relacionadas à ciência e tecnologia desenvolvidas e a transferência de tecnologias geradas.

Com a alteração proposta para a inclusão da Seção III.2 no Anexo III do PLDO 2019, estarão asseguradas às condições indispensáveis à geração e transferência de tecnologias destinadas a promover o aumento da produção e produtividade agropecuária nos níveis exigidos pela sociedade, bem como fazer frente aos novos desafios de internacionalização do agronegócio brasileiro.

Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019 – PLN 27/2018

Aprovadas em 17/10/2018

01) Emenda de Apropriação de Despesa. Ementa: Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar. Modalidade da Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Aprop. – Inclusão. Localidade Beneficiada: 9000000 – Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: Sec Esp Agr Fam Des Agrário. Funcional / Ação / Subtítulo: 21.606.2012.2100 / Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar / Nacional. Especificação da Meta: Agricultor assistido (unidade). Quantidade: 65.000; Acréscimos à Programação (em R\$ 1,00) – GND: 4 - Investimentos; Mod. Aplicação: 90 – Aplic. Diretas; RP: 2; Valor acrescido: 300.000.000. Cancelamentos Compensatórios – Sequencial: 020000; Fonte: 188; GND: 9 - Reserva de Contingência; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; ID: 0; RP: 1; Valor Deduzido: 300.000.000; Total: 300.000.000.

02) Emenda de Apropriação de Despesa. Ementa: Fomento ao Setor Agropecuário. Modalidade da Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Aprop. – Inclusão. Localidade Beneficiada: 9000000 – Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: M. Ag. Pec. e Abastecimento. Funcional / Ação / Subtítulo: 20.608.2077.20ZV / Fomento ao Setor Agropecuário / Nacional. Especificação da Meta: Projeto apoiado (unidade). Quantidade: 600. Acréscimos à Programação (em R\$ 1,00) – GND: 3 - Outras Despesas Correntes; Mod. Aplicação: 90 – Aplic. Diretas; RP: 2; Valor Acrescido: 213.615.320 - GND: 4 - Investimentos; Mod. Aplicação: 90 – Aplic. Diretas; RP: 2; Valor acrescido: 100.000.000; Total: 313.615.320. Cancelamentos Compensatórios – Sequencial: 020000; Fonte: 188; GND: 9 - Reserva de Contingência; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; ID: 0; RP: 1; Valor Deduzido: 313.615.320; Total: 313.615.320.

03) Emenda de Apropriação de Despesa. Ementa: Prêmio Seguro Rural. Modalidade da Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Aprop. – Inclusão. Localidade Beneficiada: 9000000 – Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento Fiscal. Unidade Orçamentária Pretendida: M. Ag. Pec. e Abastecimento. Funcional / Ação / Subtítulo: 20.608.2077.099F / Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei Nº 10.823/2003) / Nacional. Especificação da Meta: Produtor Beneficiado (unidade). Quantidade: 75000; Acréscimos à Programação (em R\$ 1,00) – GND: 3 - Outras Despesas Correntes; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; RP: 2; Valor acrescido: 150.000.000; Total: 150.000.000. Cancelamentos Compensatórios – Sequencial: 020000; Fonte: 188; GND: 9 - Reserva de Contingência; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; ID: 0; RP: 1; Valor Deduzido: 150.000.000; Total: 150.000.000.

04) Emenda de Apropriação de Despesa. Ementa: Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Modalidade da Emenda: Comissão. Tipo de Emenda: Aprop. – Inclusão. Localidade Beneficiada: 9000000 – Nacional. Esfera Orçamentária: Orçamento da Seguridade Social. Unidade Orçamentária Pretendida: M. do Des. Social – Adm Dir. Funcional / Ação / Subtítulo: 08.306.2069.2798 / Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional / Nacional. Especificação da Meta: Família Agricultora Beneficiada (unidade). Quantidade: 122.435; Acréscimos à Programação (em R\$ 1,00) – GND: 3 - Outras Despesas Correntes; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; RP: 2; Valor acrescido: 358.370.000. Total: 358.370.000; Cancelamentos Compensatórios – Sequencial: 020000; Fonte: 188; GND: 9 - Reserva de Contingência; Mod. Aplicação: 90 - Aplic. Diretas; ID: 0; RP: 1; Valor Deduzido: 358.370.000; Total: 358.370.000.

55ª Legislatura - 2015/2018

Imagens

2015



Audiência pública para discussão sobre "A regularização de área quilombola no município de Pai Pedro/MG"



Audiência pública em conjunto com a PEC 215/00 (Terras Indígenas) para prestar esclarecimentos sobre a identificação e delimitação de terras indígenas no Brasil



Audiência pública sobre a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA. Dep. Irajá Abreu (PSD-TO)



Audiência pública sobre o PL 312/15 que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências.



Audiência pública sobre a implementação de políticas para o desenvolvimento econômico da Região do MATOPIBA

2016



Seminário conjunto das comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) para debater os novos Métodos para Exploração do Sistema Agroflorestal Sucessional: Produção e Recuperação - Nova Agenda - Oportunidades e Desafios



Audiência pública sobre o Acordão nº 1.717/16, do Tribunal de Contas da União (TCU), sobre o Adicional de Frete da Marinha Mercante e Fundo da Marinha Mercante elaborado em resposta PFC 39/2015 aprovada pela Comissão



Reunião de instalação da comissão e eleição do Presidente e dos Vice-Presidente. Presidente eleito, dep. Lazaro Botelho (PP-TO)



Audiência pública sobre a regulamentação do trabalho de diarista rural



Audiência pública sobre os entraves na negociação de dívidas e o acesso ao crédito agrícola por parte dos produtores rurais

2017



Audiência pública sobre a reestruturação do crédito fundiário



Audiência pública sobre o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Agropecuária com ênfase em Sanidade Vegetal



Audiência pública para debater os 5 anos de aprovação do Código Florestal - Lei 12.651/2012 e sua aplicação. dep. Sergio Souza (PMDB - PR)



Audiência pública para debater a produção agrícola indígena



Audiência pública os impactos do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018 para o cooperativismo brasileiro e a exigibilidade dos depósitos à vista à agricultura



Audiência pública para debater a questão indígena nos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul

2018



Audiência da Comissão de Agricultura foi acompanhada por agricultores que protestaram contra a isenção de taxas do alho importado da China



Audiência pública sobre o conflito Fundiário em Formosa do Rio Preto – BA



Segundo o IBGE, os resultados finais do Censo Agropecuário de 2017 serão divulgados em julho



Reunião ordinária. Dep. Roberto Balestra (PP - GO)



Comissões debatem a possibilidade de venda direta de etanol pelos produtores

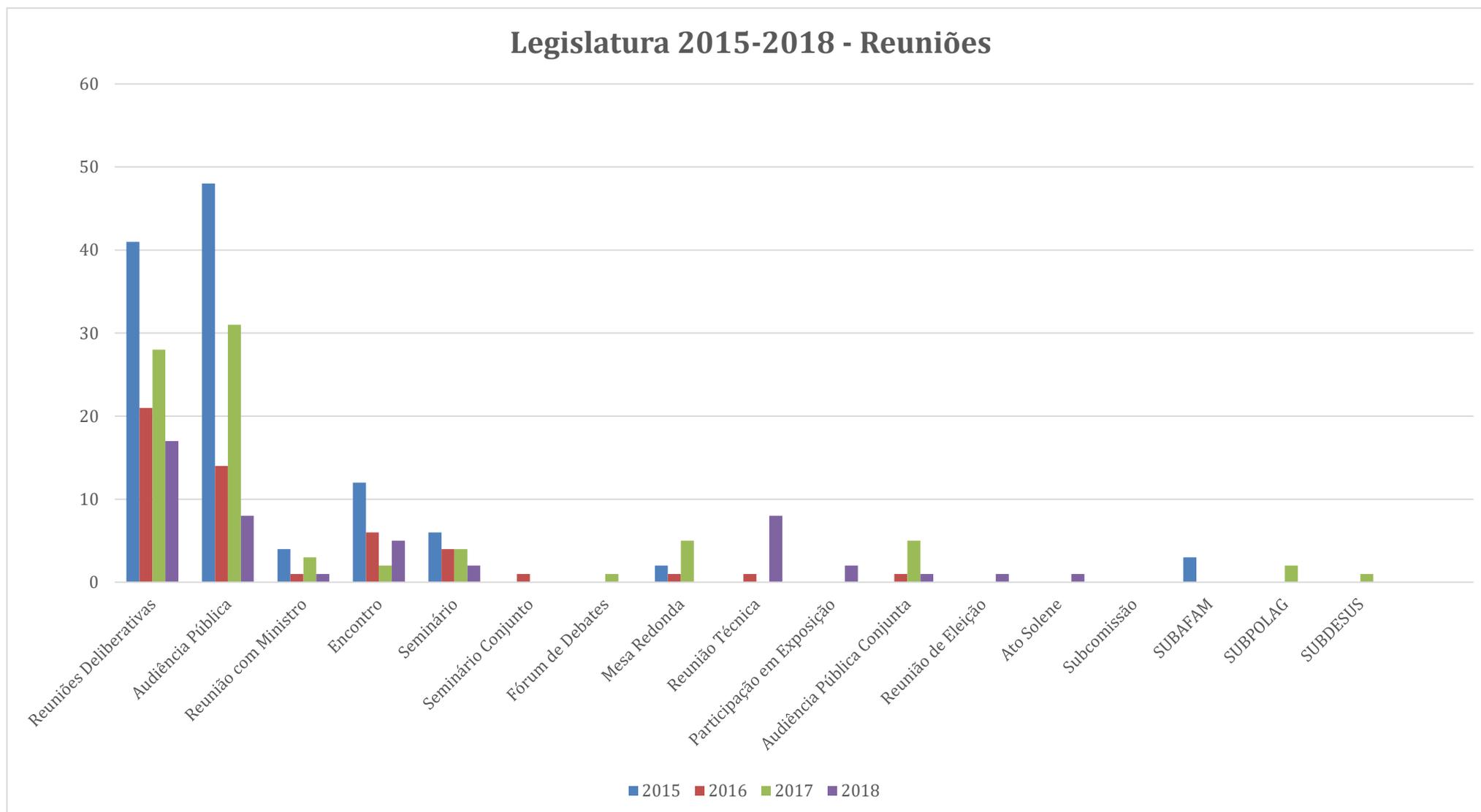


Audiência pública sobre a importância da cultura do coco e em especial os impactos da importação dos derivados desta fruta, sobre este setor produtivo, bem como discutir políticas públicas específicas para o setor.

Tabelas e Gráficos

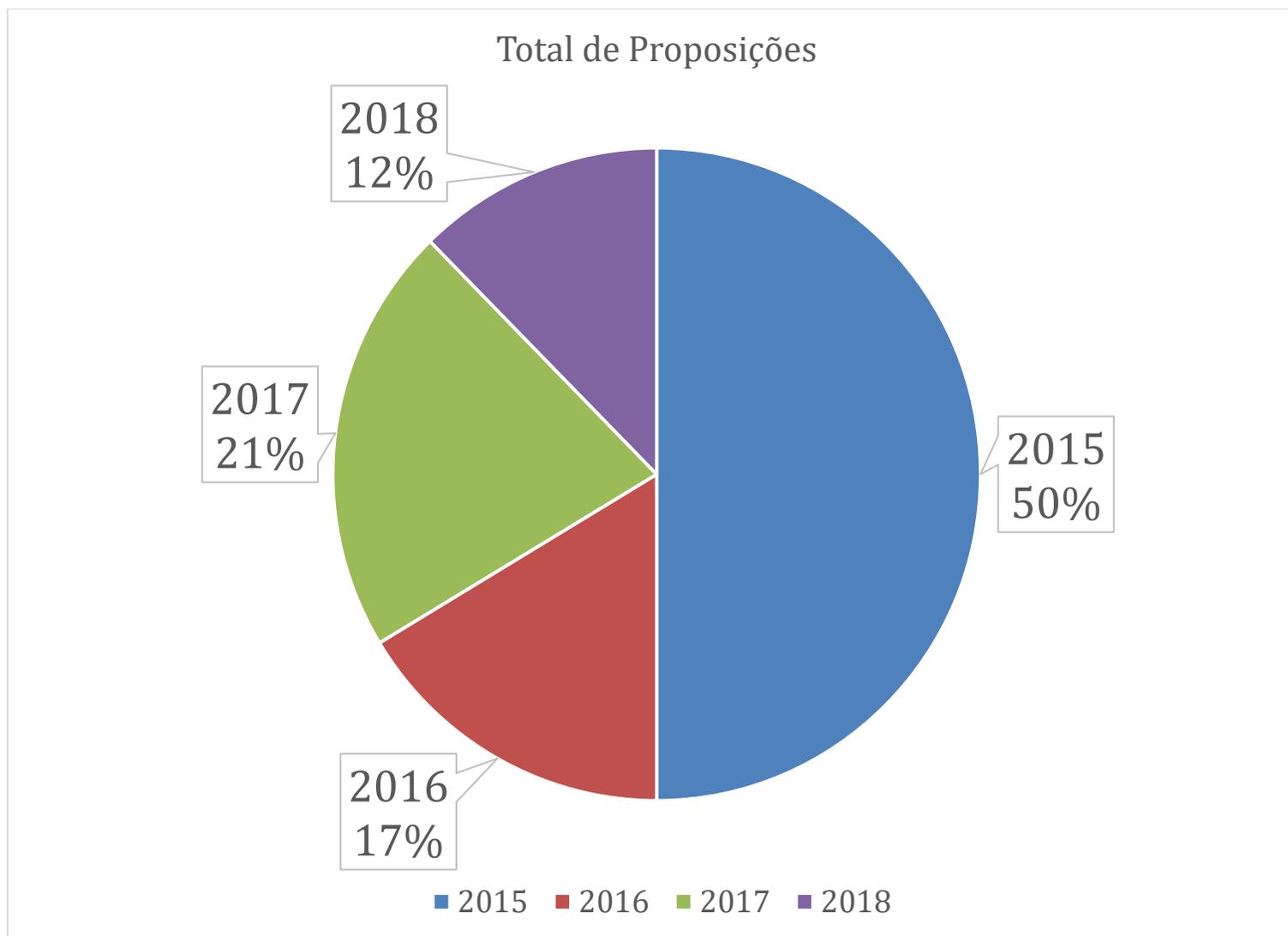
Legislatura 2015-2018 - Reuniões				
Tipo de Reuniões	2015	2016	2017	2018
Reuniões Deliberativas	41	21	28	17
Audiência Pública	48	14	31	8
Reunião com Ministro	4	1	3	1
Encontro	12	6	2	5
Seminário	6	4	4	2
Seminário Conjunto	0	1	0	0
Fórum de Debates	0	0	1	0
Mesa Redonda	2	1	5	0
Reunião Técnica	0	1	0	8
Participação em Exposição	0	0	0	2
Audiência Pública Conjunta	0	1	5	1
Reunião de Eleição	0	0	0	1
Ato Solene	0	0	0	1
Subcomissão				
SUBAFAM	3	0	0	0
SUBPOLAG	0	0	2	0
SUBDESUS	0	0	1	0
Total Geral	116	50	82	46

Legislatura 2015-2018 - Reuniões

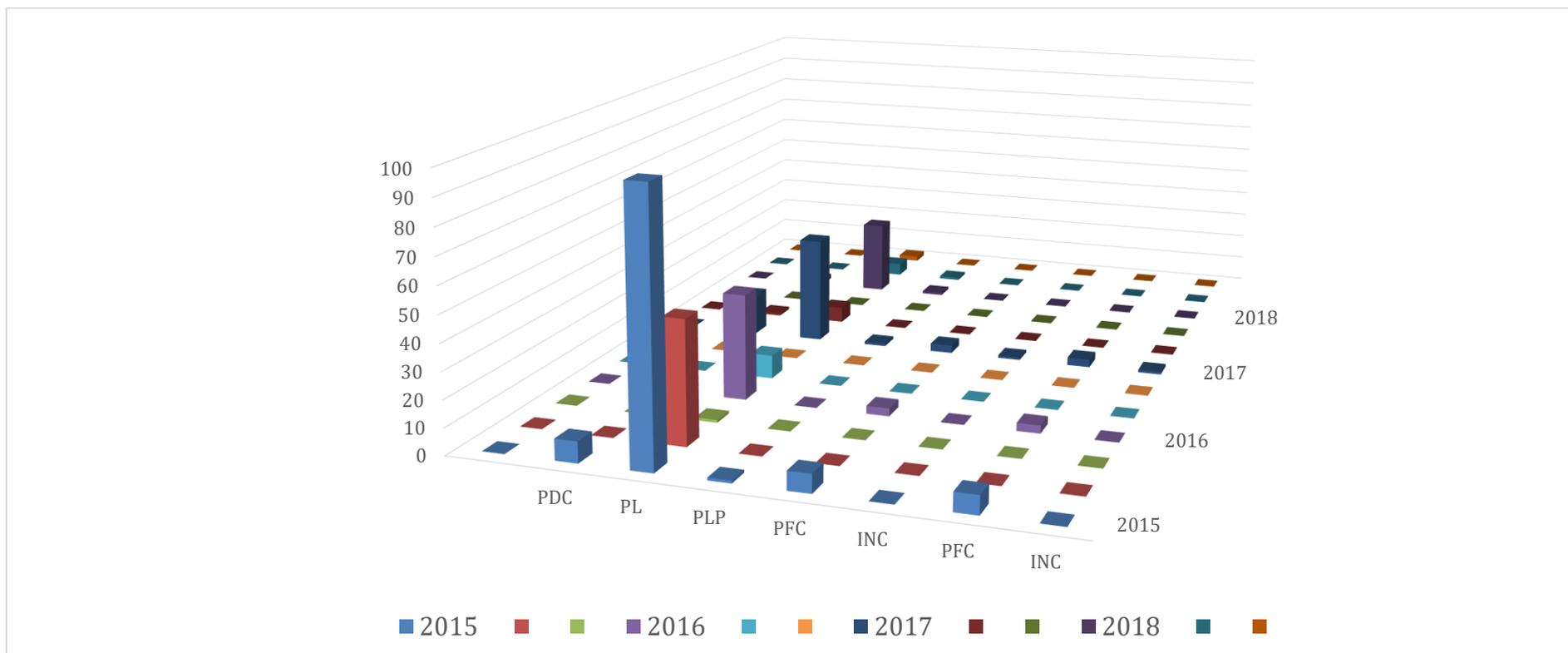


Proposições 2015-2018

Tipo de Proposição	Resultado			Resultado			Resultado			Resultado		
	2015			2016			2017			2018		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados									
PDC	8	0	0	1	0	0	16	1	0	2	0	0
PL	99	46	1	40	9	0	41	6	0	29	5	2
PLP	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0
PFC	7	0	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0
INC	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Total por Resultado	115	46	1	44	9	0	62	7	0	32	6	2
Total Geral	162			53			69			40		



Proposições 2015-2018



EXPEDIENTE

Produção Editorial

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Redação

Agência Câmara (com modificações)

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

CAPADR - Tiago Vicente Brasil

CAPADR - Rosângela Rodrigues De Carvalho

Projeto Gráfico e Diagramação

CAPADR – Tiago Vicente Brasil

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

Fotografias

Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Gabinetes dos deputados membros da CAPADR

Banco de Imagens Gratuito www.pixabay.com